

## DAS DIFICULDADES NO REFÚGIO AO ACOLHIMENTO PARA ALÉM DOS MUIROS: relatos de trabalhadores migrantes no Brasil

### *FROM DIFFICULTIES IN REFUGE TO WELCOME BEYOND THE WALLS: reports from migrant workers in Brazil*

Carla Cristina de Paula Gomes\*

**Resumo:** Em pesquisa de campo, realizada entre os anos de 2020 a 2023, durante o processo de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, foram realizadas quatro entrevistas com migrantes - expressão genérica que compreende as pessoas em situação de refúgio, dentre elas: refugiados, solicitantes de refúgio, residentes temporários e permanentes, e cidadãos brasileiros naturalizados. Os relatos desses sujeitos de observação - tendo o trabalho como fenômeno de interesse -, trouxeram à tona suas escolhas, ingresso e permanência no mercado formal de trabalho e/ou o trânsito pela informalidade, a partir de sua residência no Brasil, país de acolhimento. A análise das experiências desses migrantes no mercado de trabalho - formal e informal - em sede de abordagem etnográfica - teve como finalidade a compreensão da inserção laboral, com vistas à demonstração dos efeitos do trabalho em suas vidas, com destaque para o tema dos direitos humanos, princípio norteador da política migratória brasileira inserta na Nova Lei de Migração - NLM (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017). A realidade aferida revelou as dificuldades dos trabalhadores migrantes no Brasil e também as situações de real acolhimento e inserção pelo trabalho, transpassando os muros - por vezes, invisíveis -, do refúgio e que serão objeto de abordagem neste artigo, em obra coletiva do Dom - grupo de Antropologia do direito - no PPGD.

**Palavras-chave:** trabalhadores migrantes; refúgio; relatos; dificuldades; acolhimento.

---

\* Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Doutora em Antropologia do direito na UFMG. Juíza do Trabalho do TRT3. E-mail: carlacpg@ufmg.br; ID Lattes: 7004093204481022; Orcid ID <https://orcid.org/0009-0009-2521-7082>.

**Abstract:** *In field research, conducted between the years 2020 to 2023, during the doctoral process in the Postgraduate Program in Law - PPGD of the Federal University of Minas Gerais - UFMG, four interviews were conducted with migrants - generic expression that involves people in a refugee situation, including: refugees, asylum seekers, temporary and permanent residents, and naturalized Brazilian citizens. The reports of these subjects of observation - having work as a phenomenon of interest -, brought to light their choices, entry and permanence in the formal labor market and/or transit through informality, from their residence in Brazil, host country. The analysis of the experiences of these migrants in the labor market - formal and informal - based on ethnographic approach - had as purpose the understanding of labor insertion, with a view to demonstrating the effects of work on their lives, with emphasis on the subject of human rights, guiding principle of Brazilian migration policy inserted in the New Migration Law - NLM (Law 13,445, May 24, 2017). The reality measured revealed the difficulties of migrant workers in Brazil and also the situations of real reception and insertion by work, crossing the walls - sometimes invisible -, the refuge and will be the object of approach in this article, in collective work of the Dom - group of Anthropology of law - in PPGD.*

**Keywords:** *migrant works; refuge; reports; difficulties; reception.*

## 1 INTRODUÇÃO

A intolerância mais perigosa é exatamente aquela que surge na ausência de qualquer doutrina, acionada por pulsões elementares. Por isso não pode ser criticada ou freada com argumentos racionais<sup>1</sup>.

O presente artigo baseia-se na tese que defendi perante o Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG<sup>2</sup> e traz uma compilação de entrevistas realizadas com quatro migrantes, de diferentes nacionalidades. Suas narrativas são colocadas em contraste diante do marco normativo decorrente da Nova Lei de Migração - NLM, Lei nº 13.445/2017<sup>3</sup>, e suas dificuldades de compreensão do

---

<sup>1</sup> ECO, Umberto. *Migração e intolerância*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. Cap. 3, p.46-47.

<sup>2</sup> Para acesso no Repositório Institucional da UFMG, acesse: <http://hdl.handle.net/1843/61135>.

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 21 nov. 2022.

mercado e das formas de trabalho, as quais não perpassam tão somente pelos entraves da língua portuguesa, mas decorrem especialmente de outro idioma a eles muito recorrente: cuidado e acolhimento.

A realidade aferida desses trabalhadores migrantes, em sede de abordagem etnográfica, revelou as suas dificuldades no Brasil, fazendo-os transpor não mais os muros e fronteiras de seus países de origem, mas outros, invisíveis, afetos à questão do refúgio e de todas as nuances que cercam esse fenômeno, objeto de abordagem neste artigo, em obra coletiva do Dom - grupo de Antropologia do direito - no PPGD.

E - ainda que a abordagem neste artigo seja mais afeta às escolhas desses trabalhadores migrantes ante o mercado de trabalho, formal e informal com vistas ao fenômeno de interesse da inserção laboral - a narrativa que ora apresento permanece ainda no eixo temático da obra coletiva - religião e liberdade religiosa -, uma vez que muitas das experiências etnografadas de alguns desses migrantes trazem seus relatos de refúgio, este derivado, justamente, de questões religiosas. As divergências por eles vivenciadas em seus países de origem tornaram-lhes premidos em muitos de seus direitos, renegando-lhes ao refúgio, não somente de suas respectivas pátrias, mas de seus lares, famílias, trabalho e identidades.

Trata-se de questão que demanda um olhar atento à alteridade, com vistas à demonstração de vivências traduzidas em cadernos de campo, entrevistas, conversas, em nível interdisciplinar entre o Direito do Trabalho, a Lei e a Antropologia do direito, cujo ponto de partida remonta aos conceitos de migração, trabalho e residência e têm como marco normativo a NLM<sup>4</sup>. Conceitos esses, interligados e que se relacionam à promoção da inserção laboral das pessoas em situação de refúgio, cujo atendimento precede à autorização de residência, dando lugar à acolhida humanitária e ao acolhimento que lhes promova uma real sensação de pertencimento.

## 2 PRESENTES ETNOGRÁFICOS DO ACASO

Tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações

---

<sup>4</sup> Art. 30. “A residência poderá ser autorizada, mediante registro, ao imigrante, ao residente fronteiriço ou ao visitante que se enquadre em uma das seguintes hipóteses: I - a residência tenha como finalidade: [...] c) acolhida humanitária; [...] e) trabalho; [...] II - a pessoa: [...] b) seja detentora de oferta de trabalho; [...] e) seja beneficiária de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida; [...]”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 21 nov. 2022.

semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria<sup>5</sup>.

Dos primeiros ensaios a campo para a realização de observações e tomada de notas em meados de 2020 - segundo ano do meu doutoramento perante a UFMG -, a que se seguiram a organização de entrevistas aqui apresentadas, a escolha de locais, a identificação das nacionalidades e da condição jurídica dos sujeitos de observação da pesquisa e a coleta das variáveis do fenômeno de interesse da inserção laboral, com autorização da formalização dos procedimentos em maio de 2022<sup>6</sup>, as entrevistas foram tomando corpo e, por vezes, dando lugar a impressões e abordagens produzidas em seminários, palestras, mesas redondas, ou mesmo seguindo-se conjuntamente àquelas, numa teia, inicialmente tímida, e que, ao final, revelou-se complexa e ávida a desvendar.

Dentre os objetivos específicos, o primeiro deles, pelo recorte da pesquisa restrito às pessoas em situação de refúgio que tenham residido ou ainda residissem em Belo Horizonte cedeu lugar a outros locais, ante a diversidade das narrativas que foram surgindo no processo de pesquisa e que, antes tomados como um entrave à sua perquirição e prosseguimento - especialmente em face das restrições impostas pelo período pandêmico entre 2020 a 2022 -, mais se revelaram como presentes etnográficos para o seu destrinchar.

Porquanto, ainda que a maioria dessas pessoas em situação de refúgio - nos quais se incluem refugiados, solicitantes de refúgio, apátridas - tivesse concentração na região metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, especialmente na capital (1.011-50,5%), e também em Contagem (1.805-28,3%), de um total de 3.572 migrantes atendidos em 2019 pelo Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados - SJMR-BH, e que, das nacionalidades com maior concentração, os haitianos e venezuelanos tivessem representado o maior percentual<sup>7</sup> nesse atendimento, as variáveis da pesquisa e suas

---

<sup>5</sup> PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 20, nº 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>. Acesso em: 21 ago. 2021.

<sup>6</sup> Parecer nº 5.400.564 Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG CEP-UFMG, CEP/COEP CAAE 56006122.0.0000.5149, Universidade Federal de Minas Gerais, 10 de maio de 2022.

<sup>7</sup> Georreferenciamento de pessoas atendidas em 2019 pelo Serviço Jesuíta a migrantes e refugiados em Minas Gerais em parceria com a Agência da ONU para Refugiados - ACNUR no Brasil. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/06/UrbanRefugeeMap\\_SJMR\\_19062020\\_baixa.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/06/UrbanRefugeeMap_SJMR_19062020_baixa.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

fases (agosto de 2020 a maio de 2023) foram direcionadas a algumas nacionalidades e residências distintas desse levantamento. Em vez de estranhamento, ou mesmo a ele aliado, mais que achados afloraram para o problema de investigação.

Os nós foram sendo desatados e a pesquisa foi caminhando, um pouco a passos lentos, mas não com menos surpresas ante os acasos de grandes significados, preservadas as variantes originais alusivas à nacionalidade do país de origem das pessoas em situação de refúgio, o motivo de seu deslocamento, o primeiro contato com o novo país e a cidade onde se estabeleceram, além de atividades de trabalhos formais e informais. As linhas da etnografia, complexas, nada mais demonstraram, como destacou Peirano que

[...] fica claro que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos<sup>8</sup>.

E, na mesma linha dessa autora, por vezes perdida ou mesmo imobilizada pela sequência rígida do cronograma de desenvolvimento e nas fases da pesquisa, nesse “lugar de imprevisões” e seguindo “os fluxos, os cursos e os processos” assim como sugere Lopes<sup>9</sup> - o acaso, imprevisível, mas nem por isso menos desinteressante, apresentou-me, aos poucos e espaçadamente, para o tempo hábil à assimilação, os cotidianos e as realidades dos sujeitos de observação<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> PEIRANO, *op. cit.*, 2014, p. 379.

<sup>9</sup> LOPES, *op. cit.*, 2020.

<sup>10</sup> Em suas notas à Defesa da tese, o professor Guilherme Assis de Almeida destacou a pesquisa quantitativa das 8 entrevistas que serão apresentadas neste artigo, a demandar do leitor pensar em formas e práticas de aproximação do sujeito da pessoa em situação de refúgio, além da indagação acerca da biografia de cada um deles no novo país, de modo a ensinar novas políticas de acolhimento nesse local.

E assim, em vez de permanecer imóvel à formalidade de um planejamento<sup>11</sup>, deixei-a de lado, à la Peirano, porque

Ao buscar a explicação no acaso, nossos cientistas evitaram tanto a ideia de um destino preestabelecido quanto o seu oposto, isto é, a ênfase na vontade individual. Parece mesmo que optaram mais pela indeterminação do que pela certeza, deixando lugar para uma (talvez aparente) negligência da vontade<sup>12</sup>.

O primeiro presente foi um migrante senegalês. Em meados de maio de 2021, em uma das avenidas de Belo Horizonte, no bairro Mangabeiras, conhecido como Anel da Serra, ali ele permanecia por algumas horas em dias de sábados, domingos e ou feriados, em um canteiro central, vendendo roupas a transeuntes (caminhantes e corredores) que compareciam àquele local. Com muitos encontros ao acaso, às notas do caderno de campo que passei a levar comigo àquela singela pista de *cooper* somaram-se conversas, algumas rápidas, outras mais demoradas, entre uma volta e outra na pista de pouco mais de 800m (oitocentos metros), por vezes chegando a interromper os treinos de corrida que se tornaram mais escassos pela imposição da pandemia, para ali imergir-me na sua história, que se tornou mais e deveras interessante, inclusive com vários registros fotográficos, que, posteriormente, eu lhe enviava a seu pedido. O vendedor de roupas chegou a chamar-me de amiga, o que me levou a um certo distanciamento durante um período, para que, tão somente quase dois anos depois de tê-lo conhecido, pudesse formalmente entrevistá-lo, com ele vindo a encerrar, em maio de 2023, o ciclo de conversas, notas e entrevistas durante o período em que mantivemos contato.

---

<sup>11</sup> O professor Duval Magalhães Fernandes, em notas à Defesa da tese, invocou o motivo e o “porquê da escolha” dos entrevistados, especialmente quanto à nacionalidade, “sentindo falta” dentre eles, dos haitianos, cuja diáspora ocupa no Brasil o segundo lugar (cerca de 18 mil solicitantes de refúgio) - sendo os venezuelanos, o primeiro, ambos sendo contemplados com a autorização temporária. As entrevistas, pensadas primeiramente, em Belo Horizonte, cederam local e espaço a migrantes, sem uma indicação direcionada de sua nacionalidade, com a variável condicionante de suas atividades de trabalho e da forma em que, no curso do doutoramento, apresentaram-se para a pesquisadora. Para os migrantes haitianos deslocados ao Brasil, a despeito de sua não abordagem em uma entrevista específica -, foram apontados dados ao longo da pesquisa, *v.g.* em referências aos migrantes originários do Senegal e Cuba.

<sup>12</sup> PEIRANO, *op. cit.*, 1992, p. 14.

Um segundo presente - mais um coletivo de casualidades -, foi composto pela etnografia do relato e dos registros de experiências de uma migrante em situação de refúgio no Brasil, que se estabeleceu na cidade de São Paulo como professora em uma Organização Não Governamental - ONG, denominada Abraço Cultural - AC, cuja instituição conheci através da indicação de uma colega desembargadora já aposentada das atividades da magistratura. A ponte foi feita e o deslocamento, dessa vez, deu-se por minha parte, indo ao encontro do Abraço<sup>13</sup> em agosto de 2022. Com a intermediação de seu assistente administrativo, Pedro Ernesto e sua coordenadora pedagógica, Beatriz Toffoli, ambos da unidade em São Paulo - ACSP, foi sobrelevada a inserção sociocultural de migrantes e refugiados, uma das finalidades da instituição, que se traduz em recrutamento, disponibilidade, formação inicial e formação continuada. Deles partiu a indicação da professora e sua pronta disponibilização à entrevista, dando azo às vozes dessa migrante venezuelana, entrevistada no mês de agosto de 2022.

O contato com o terceiro entrevistado não poderia ter sido mais ocasional. Entre os dias 9 a 11 de novembro de 2022, a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, realizou o I Seminário Internacional Refúgio Acadêmico<sup>14</sup>, do qual participei como ouvinte, em diversas palestras, mesas de debate, apresentação de pesquisas e performances artísticas de migrantes e refugiados de várias nacionalidades. Fui, também, participe na Mesa 6: Refúgio em Estudos Acadêmicos, realizada no dia 11 de novembro, juntamente com outros mestrands e doutorands com pesquisas em andamento e temas correlatos ao refúgio, quando à época, apresentei um esboço das entrevistas já então realizadas junto ao ACSP. Dos 8 componentes dessa Mesa, seis pesquisadoras e apenas um pesquisador, acompanhado de sua orientadora, o título do trabalho de um deles: "*The collapse of Afghanistan: The day I burned my uniform*"<sup>15</sup>, logo chamou-me a atenção, pelo peso da narrativa ali contida. Presa à apresentação do

---

<sup>13</sup> Em seu *Blog* a organização é também carinhosamente chamada apenas de Abraço. Disponível em: <https://www.abracocultural.com.br/blog/>. Acesso em: 04 nov. 2022.

<sup>14</sup> O I Seminário Internacional Refúgio Acadêmico foi uma iniciativa colaborativa de pesquisadores do Brasil e França, para reforçar o papel das universidades no enfrentamento às severas crises migratórias da atualidade. A programação contou com mesas de debate, palestras, apresentações de pesquisas e performances artísticas de várias nacionalidades. Disponível em: <https://www.cocen.unicamp.br/site/refugioacademico/>. Acesso em: 10 out. 2022.

<sup>15</sup> "O colapso do Afeganistão: o dia em que eu queimei meu uniforme". Tradução livre.

acadêmico, de nacionalidade afegã, sobre o seu deslocamento forçado e os acontecimentos após sua recente chegada ao Brasil em novembro de 2021 - há menos de um ano, à época -, o encontro àquela ocasião trouxe o benefício de mais um acaso, para mais uma entrevista tratada com desvelo sobre este migrante afegão.

De volta a Belo Horizonte, a volta ao mundo com os migrantes se encerra, com todas as nuances trazidas por seus relatos e experiências e os motivos que os levaram a deixar, forçadamente, seus países de origem: a narração de uma refugiada egípcia e sua família, às voltas com trocas de nomes, acolhimento coletivo e a bênção de um final feliz em Belo Horizonte.

Finalizadas as entrevistas das pessoas em situação de refúgio, envoltas pelo acaso, é necessária a imersão nesses registros, que trazem à tona as dificuldades por ele vividas quando da obtenção e da realização de uma atividade de trabalho. Trata-se da análise e da interpretação das situações em que o trabalho é realmente capaz de abraçá-los, de modo a inseri-los no novo país onde optaram por residir, de tal forma que se sintam de fato acolhidos, dando lugar à transposição dos muros - ainda que invisíveis - à xenofobia, permitindo-lhes, assim, um real habitar no país de acolhimento - palavra-chave ímpar e por eles muitas vezes destacada.

Porquanto,

Só o acaso pode nos parecer uma mensagem. Aquilo que acontece por necessidade, aquilo que é esperado e se repete cotidianamente é coisa muda apenas. Somente o acaso tem voz. Tenta-se ler no acaso como as ciganas leem no fundo de uma xícara os desenhos deixados pela borra do café<sup>16</sup>.

Trata-se de um conjunto de narrativas que, primeiramente presas aos Questionários - amostras, testagem prévias e perguntas - fechadas e abertas, e cujo tamanho amostral fora previsto em número total de 10 (dez)<sup>17</sup>, sendo cinco para pessoas em situação de refúgio e cinco instituições, alcançou um total de quatro entrevistas aqui apresentadas

---

<sup>16</sup> KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. Tradução Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 56.

<sup>17</sup> Carta Resposta endereçada ao Parecer nº 5.326.328 do Comitê de Ética da UFMG - CEP/COEP em 29 de abril de 2022.

com o primeiro grupo dos sujeitos de observação (migrantes, refugiados, residentes temporários e permanentes, cidadãos brasileiros naturalizados) realizadas entre agosto de 2022 a maio de 2023. Elas se tornaram o coração da pesquisa, ante o peso das histórias desses oito migrantes e se revelam nas histórias que compõem o presente artigo.

Histórias essas que, no decorrer dos encontros entre pesquisadora e entrevistados, franquearam situações ímpares, algumas já cediças, porque comumente veiculadas em meios de comunicação sobre o genérico tema “refugiados”, e outras tantas, e bem mais cativantes, pelo inesperado desvelado, ou conforme alerta Peirano:

Mais adequado, então, talvez seja ver nos acasos o resíduo permissível de “irracionalidade” do nosso mundo acadêmico; ou, em outras palavras, os “imponderáveis da vida real” que não invalidam mas, ao contrário, enriquecem e dão aquela dimensão humana essencial à compreensão dos fenômenos sociológicos<sup>18</sup>.

Passo, então, à etnografia das vozes desses migrantes<sup>19</sup>, a fim de compreender suas falas, sentimentos, anseios, dores e reconhecimentos ao entorno da inserção laboral, de forma conjunta na seara da Antropologia do direito e não separadamente, onde em cada um desses ramos - direito e antropologia - uma vez que

[...] apenas se pergunta - às vezes esperançosamente, outras, com ceticismo - se a outra parte pode ter em algum lugar alguma coisa que lhe venha a ser útil na resolução de alguns de seus próprios problemas clássicos, ... [...] e sim um ir e vir hermenêutico entre os dois campos, olhando primeiramente em uma direção, depois na outra, a fim de formular as questões morais, políticas e intelectuais que são importantes para ambos<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> PEIRANO, *ibidem*, 1992, p. 19.

<sup>19</sup> Os relatos dos migrantes e refugiados que compõem este artigo terão partes de seus trechos destacados em *itálico*, no corpo do texto.

<sup>20</sup> GEERTZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa, p. 252-253. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 249-356.

## 2.1 O vendedor andarilho destoante

### O TOTEM

Tenho de guardar no mais íntimo das minhas veias  
O Antepassado com pele de tempestade, sulcada de  
raios e trovões

Meu animal guardião, devo ocultá-lo  
Para não romper a barreira dos escândalos.

É meu sangue fiel que exige fidelidade  
Protegendo meu orgulho desnudo contra  
Mim mesmo e a soberba das raças felizes...<sup>21</sup>

Meu primeiro contato com um migrante se deu em Belo Horizonte, em uma de suas avenidas, localizada no bairro Mangabeiras<sup>22</sup>, conhecida como “Anel da Serra”.

Em meados de maio de 2021, num dia de domingo, ao chegar na pista de corrida e caminhada, demarcada por uma tinta verde e dividida por um canteiro central cheio de árvores, ali estava ele, no meio do canteiro, ao lado de uma pilha de roupas esportivas de marcas mais procuradas nesse ramo de vestuário<sup>23</sup> (calças, casacos, blusas) cuidadosamente dispostas sobre uma toalha aposta sobre a grama. Um mini carrinho de ferro comportava uma mochila e uma sacola de plástico com alguns pertences. Entre as roupas, uma placa amarela com escritos em vermelho e azul: “Aceitamos todos os cartões”, “Débito e Crédito” com as bandeiras desses respectivos tipos de pagamento.

---

<sup>21</sup> SENGHOR, Léopold Sedar. *O Totem* Tradução Gastão Gomes. Disponível em: <https://kukalesa.wordpress.com/2014/08/24/conhecendo-melhor-a-ngritude-de-leopold-senghor/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

<sup>22</sup> “Mangabeiras é um bairro nobre, de classe alta da região Centro-Sul de Belo Horizonte. Nele está localizado o Parque das Mangabeiras, uma das principais áreas verdes da cidade e segundo maior parque ambiental urbano do Brasil, sendo a Floresta da Tijuca o primeiro. Situado ao pé da Serra do Curral, maciço montanhoso escolhido pela população como símbolo da cidade, o bairro Mangabeiras deve seu nome ao Córrego das Mangabeiras, soterrado pelas obras de arruamento do bairro, cuja calha é hoje a rua Professor Lair Rennó Remusat. [...] Tem como característica a destinação exclusiva para residências unifamiliares, vetadas as atividades comerciais, industriais e de serviços”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mangabeiras\\_\(Belo\\_Horizonte\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mangabeiras_(Belo_Horizonte)). Acesso em: 03 jun. 2023. *Realces* acrescidos.

<sup>23</sup> As roupas continham as logomarcas *Nike* e *Adidas*, mas se tratavam perceptivelmente de peças falsificadas.

Um homem alto, de pele escura, cabelos curtos e negros, olhar expressivo e sorriso largo postava-se de pé, perto de algumas roupas e dava bom dia a quem transitava por ali, como aconteceu comigo na primeira vez ao passar por ele rapidamente... Em geral, eu costumava correr ao entorno de toda a avenida, indo de uma entrada a outra do Parque das Mangabeiras - o que me permitia uma volta mais longa e um pouco mais demorada - não me restringindo, assim, apenas à pista de *cooper*, mas naquele dia, minha atenção se desviou para aquele vendedor, quando interrompi o treino e passei a observá-lo de perto.

Algumas pessoas paravam, olhavam as roupas, perguntavam os preços. Um casal comprou duas calças; outro homem olhou uma bermuda e um shorts, conversou com o vendedor, pediu desconto pelo valor da mercadoria, vendida pelo valor de R\$70,00 através de Pix. Após essas primeiras negociações, eu me aproximei dele para me apresentar, perguntando-lhe seu nome, nacionalidade e há quanto tempo estava no Brasil, sobrevivendo as respostas, em um português misturado com sotaque francês: AN<sup>24</sup>; Senegal<sup>25</sup>; estava no Brasil desde 2014.

Eu, que chegara ao local por volta de 10h40, permaneci cerca de uma hora observando as interações daquele vendedor com os transeuntes na pista, a quem cumprimentava a todos, dando “bom dia”, recebendo de poucos olhares de agradecimento e, por vezes, o mesmo cumprimento de volta. Dentre corredores e caminhantes, familiares e crianças, eram poucos os que interagiam com o vendedor, parando e perguntando o valor de uma mercadoria ou outra, olhando-as, apenas, sem nada comprar, e

---

<sup>24</sup> Ele será identificado como identificado como “AN”. Todos os entrevistados, citados neste artigo, serão identificados apenas pelas letras iniciais de seus prenomes e sobrenomes, sendo sempre mencionados como retrato de um grupo e não de uma pessoa e sem qualquer identificação nominal dos participantes (entrevistas e questionários), para fins de preservar-lhes a identidade e privacidade. As falas serão transcritas em sua literalidade (citações curtas e ou longas) no corpo do texto, sem a correção formal da língua portuguesa (concordâncias em gênero, grau e verbal), para preservar-lhes a sua originalidade e a similitude com o idioma do país de origem de cada um dos entrevistados. Não serão postas “notas de rodapé” alusivas às falas dos entrevistados, uma vez que há no texto, antes de sua transcrição, referência expressa a todas elas.

<sup>25</sup> “O Senegal, oficialmente República do Senegal (em francês, *République du Sénégal*), é um país localizado na África Ocidental. [...] O francês é a língua oficial, mas só é utilizada de forma corrente por uma minoria de senegaleses educados nas escolas da era colonial de origem francesa (escolas corânicas são ainda mais populares, mas o árabe não é muito falado fora deste contexto)”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Senegal>. Acesso em: 04 jun. 2023.

alguns adquirindo uma ou outra mercadoria, na maioria das vezes para presentear alguém. Um casal e outras duas mulheres, todos mais sêniores, dirigiram-se a ele, perguntando o valor de uma calça - “um presente para um amigo”, disseram -, e enquanto o marido de uma delas buscava a carteira no carro para fazer o pagamento em cartão, outra perguntou ao vendedor “de onde ele é”. Logo após a venda, um casal mais jovem, cumprimentou o vendedor, que abriu um sorriso largo e disse já conhecê-los há algum tempo, a quem chamou de “amigos”, porque já haviam comprado suas mercadorias e sempre com ele conversavam. Por fim, um homem de média idade disse que era a primeira vez que estava ali em um dia de domingo, e que parara para comprar um presente para a sua esposa e, também, para “ajudar” o vendedor; acrescentou que tivera uma experiência de trabalho não muito favorável com um migrante de nacionalidade venezuelana, em sua fazenda, por ser zootécnico em seu país de origem e que, por isso, não se adaptara com o trabalho braçal, dizendo, ainda, que era mais fácil contratar venezuelanos, por conta da “facilidade” da língua e pela carência de mão-de-obra na região do interior de Minas Gerais, pedindo ao vendedor, ao finalizar a compra, que ele tirasse uma foto para eles, no que prontamente AN lhes atendeu.

Em uma conversa rápida, perguntei à AN, quanto ele vendia por dia - uma média de R\$250,00 a R\$350,00, aos domingos, chegando por volta de 9h e saindo às 14h ou 14h30. Disse, também, que tinha uma loja no centro comercial de Belo Horizonte, mas que, em face da pandemia, tivera de fechá-la, pois pagava R\$1.300,00 de aluguel, não mais podendo arcar com tal despesa, especialmente porque já tivera suas mercadorias apreendidas pela fiscalização na avenida Paraná<sup>26</sup>, há cerca de dois meses, o que lhe fizera deixar o centro da cidade e passar a vender suas mercadorias apenas do Anel da Serra, inclusive em alguns dias de semana, porque tinha medo da fiscalização. Ele me entregou o seu cartão, com o nome fantasia *Ndoye Moda*, que continha os escritos: moda masculina e feminina (camisas, pulseira, óculos, calças, bermudas etc.), seu número de

---

<sup>26</sup> “A Avenida Paraná é uma avenida localizada no Centro de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, Brasil. É uma das avenidas que dá acesso ao Terminal Rodoviário de Belo Horizonte e junto à Avenida Santos Dumont faz parte do corredor MOVE Área Central”. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Avenida\\_Paran%C3%A1\\_\(Belo\\_Horizonte\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Avenida_Paran%C3%A1_(Belo_Horizonte)). Acesso em: 04 jun. 2023. Trata-se de uma região comercial, com inúmeras lojas de vestuário, eletrodomésticos, alimentação, e que conta, também, com grande número de vendedores ambulantes - “camelôs” - comerciantes de rua que movimentam a economia informal e clandestina, com suas bancas improvisadas de mercadorias no local.

telefone e o endereço situado naquela área comercial onde ele não mais podia atuar<sup>27</sup>.

A realidade etnografada, com as primeiras observações em campo trazem à baila a realidade de migrantes que se dedicam a atividades de comércio de roupas. Atuam na informalidade como vendedores ambulantes nos centros comerciais das grandes cidades, sujeitam-se a problemas ligados à fiscalização municipal, ante o exercício do poder de polícia administrativo, que recolhe suas mercadorias e os proíbe de continuar naqueles locais, e ficam à mercê da boa vontade de prováveis compradores que adquirem as peças em atitudes de *ajudar* aquela pessoa que está ali tentando exercer alguma atividade laboral<sup>28</sup>.

No estudo “Inserção Laboral de Migrantes Internacionais: transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo”, publicado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT<sup>29</sup>, Baeninger e Fernandes apresentam as “especificidades de migrantes no mercado de trabalho informal, suas características, nacionalidades e temporalidades”<sup>30</sup>. A situação do entrevistado AN em nada se distingue do perfil de trabalhadores observados nesse mapeamento:

Em 2015 nota-se também a presença de diferentes nacionalidades no mercado formal de trabalho, as quais não constavam com vínculos ativos em 2010, em especial haitiana: 7788 empregos formais em 2015, venezuelana (347 vínculos formais), bengalese,

---

<sup>27</sup> “Rua Caetés nº 05 - esq. com Avenida Paraná”.

<sup>28</sup> Em notas à Defesa da tese, o professor Duval Magalhães Fernandes fez menção à pessoa do senegalês “Billy”, conhecido desde 2009 como grande referência no sul do país - em especial, Caxias do Sul -, e apontado como o responsável pela “organização” da rede de vendedores ambulantes senegaleses naquela região, a perquirir o motivo da trajetória e da forma em que esses ambulantes se deslocam pelo Brasil e em cujos caminhos comuns cruzam-se com outros ambulantes. Segundo o professor, Billy - cujo nome é Abdoulat Mdiaye -, vive hoje nos Estados Unidos. Para mais informações sobre o senegalês “Billy”, vide: FORTES LIE, Cristine; DA COSTA, Jessica Pereira. Imigrantes senegaleses: a presença muçulmana na Serra Gaúcha. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* - RIHGRGS, Porto Alegre, nº 155, p. 185-209, dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/86564>. Acesso em: 16 out. 2023.

<sup>29</sup> BAENINGER, Rosana; FERNANDES, Duval, elaboração. *Inserção laboral de migrantes internacionais: transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo*. Organização Internacional do Trabalho - OIT, 1ª edição, Brasília, setembro de 2017, 121 p. ISBN: 978-922-830797-9 (web pdf).

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 7.

congolesa, angolana, *senegalesa* e outras africanas (que totalizaram 3.552 vínculos formais<sup>31</sup>).

No caso de AN, ele apenas me dissera que chegara ao Brasil em 2014, sem maiores detalhes em nosso primeiro contato. As suas particularidades foram se revelando, aos poucos, e em encontros esporádicos que tivemos no Anel da Serra, em conversas rápidas - entre um atendimento a um *cliente* ou um outro, *curioso*, que apenas perguntava o preço das roupas, ou em outros dias, quando eu pude entrevistá-lo formalmente, após quase dois anos em sede de observação participante daquele migrante, imerso em suas roupas, passantes, árvores, e anseios, tudo como um processo metodológico definido por Becker no qual o pesquisador:

[...] coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo que estuda. Observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação. E descobre as interpretações que eles próprios têm sobre os acontecimentos que observou<sup>32</sup>.

Em uma de suas primeiras falas, num domingo, cinzento e frio, com número reduzido de pessoas e inexpressivas vendas, que proporcionou uma maior abertura entre pesquisadora e entrevistado, quando ele disse, subitamente:

Eu tenho medo, *guarda municipal veio aqui e fala: não pode trabalhar, falaram outro dia, hoje não, por quê?* Aqui não tem loja, não tem nada. Falaram que não pode trabalhar. Não tenho mais a loja agora, fechei na pandemia. *Não tenho auxílio de ninguém. Vim aqui buscar trabalho. Trabalha aqui, para ganhar dinheiro e ajudar família lá.* A cidade tem muita agricultura (boi, frango), mas não tem dinheiro nem trabalho. Eu estudava e vendia coisas no mercado, no ramo de alimentação. Tenho pai, mãe, irmão, dois e todo mês ajudo, mando dinheiro para eles.

<sup>31</sup> BAENINGER; FERNANDES, *op. cit.* p. 42. Realce acrescido.

<sup>32</sup> BECKER, 1997, *apud* GUSTIN; DIAS; NICÁCIO, *op. cit.* 2020, p. 194.

Os motivos da saída de AN do Senegal foram os mesmos indicados no Diagnóstico das Condições Sócio-laborais de Migrantes Internacionais na cidade de São Paulo (item 6): ambos os senegaleses entrevistados vieram ao Brasil para trabalhar e suas ocupações anteriores eram ligadas à atividade de navio pesqueiro ou estudo de gastronomia; no Brasil, trilhando uma trajetória similar dos migrantes senegaleses, atuaram como ambulante (sem carteira assinada), em empresas de alimentos (com registro em carteira) e ainda como pedreiro<sup>33</sup>.

Particularidades de uma migração que em nada divergem da realidade migratória senegalesa aferida também em Minas Gerais, e sua capital, Belo Horizonte. Segundo dados do Observatório das Migrações em São Paulo, por meio do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Universidade Estadual de Campinas - NEPO/UNICAMP, Belo Horizonte teve 36 registros de imigrantes internacionais de nacionalidade senegalesa, com Registro Nacional Migratório - RNM, no período de 2003 a 2019, sendo 83,33% homens, e destes, 53% entre 25 a 40 anos, em cujas ocupações diversas, 6 deles realizaram as atividades de vendedor ou empregado de casa comercial, comerciário, vendedor ambulante, vendedor em domicílio, jornalista, ou assemelhado. Entre os anos de 2000 a março de 2022, houve em Belo Horizonte 24.301 registros de migrantes internacionais, sendo 150 migrantes senegaleses no Estado de Minas Gerais, contando o Estado, com um total de 65.911 registros de nacionalidades diversas desde 2000<sup>34</sup>.

E, não obstante esse fluxo migratório no Brasil tenha se iniciado em 2000, alcançando até 2022 um total de 10.071 registros de migrantes de nacionalidade senegalesa<sup>35</sup>, apenas em 2019, por intermédio da Portaria

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 87 et seq.

<sup>34</sup> Observatório das Migrações em São Paulo. Banco Interativo - Números da imigração internacional para o Brasil, 2020-2022 (jan.-abr.) Campinas: SP: Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP. Data do download: 20 de abril de 2019, com atualização em 06 de maio de 2022. Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça de Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulação Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP, 2022. Utilizados como campo de pesquisa do número de imigrantes internacionais registrados no Brasil, as variáveis: Estado Minas Gerais, Município Belo Horizonte, País de nascimento Senegal, Anos Todos (período de 2000 a março de 2022). Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

<sup>35</sup> *Ibidem*. Utilizadas as variáveis: Estado Todos, Município Todos, País de nascimento Senegal, Anos Todos (período de 2000 a março de 2022).

Interministerial nº 10, de 5 de dezembro de 2019<sup>36</sup>, foram disciplinados, especificadamente, a concessão e os procedimentos de autorização de residência aos nacionais da República do Senegal, com processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil, tendo previsto em alguns de seus artigos:

Art. 1º Esta Portaria estabelece procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos de *autorização de residência* para nacionais da República do Senegal, que tenham *processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil*, a fim de atender ao interesse da política migratória nacional.

Art. 2º Os interessados indicados no art. 1º desta Portaria poderão apresentar o requerimento de autorização de residência de que trata o art. 161 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, em uma das unidades da *Polícia Federal*.

[...]

Art. 4º O *prazo* da autorização de residência de que trata o caput do art. 2º desta Portaria será de *dois anos*. [...]

Art. 5º O imigrante poderá requerer em uma das unidades da Polícia Federal, no período de noventa dias anteriores à expiração do prazo previsto no art. 4º desta Portaria, autorização de residência com *prazo de validade indeterminado*, desde que:

- I - não tenha se ausentado do Brasil por período superior a noventa dias a cada ano migratório;
- II - tenha entrado e saído do território nacional exclusivamente pelo controle migratório brasileiro;
- III - não apresente registros criminais no Brasil; e
- IV - comprove *meios de subsistência*.

---

<sup>36</sup> Portaria Interministerial nº 10, de 5 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-10-de-5-de-dezembro-de-2019-231852423>. Acesso em: 03 jun. 2023.

Art. 6º É garantida ao imigrante beneficiário de autorização de residência para atender ao *interesse da política migratória nacional* a possibilidade de *livre exercício de atividade laboral* no Brasil, nos termos da legislação vigente.

Art. 7º O pedido de autorização de residência previsto nesta Portaria, caso deferido, implica *desistência* expressa e voluntária de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.<sup>37</sup>

Destaco essa Portaria porque, numa primeira abordagem feita à AN, ele me dissera que era refugiado e que, para que pudesse trabalhar, fora assim reconhecido quando estivera em Caxias do Sul, por intermédio de uma casa por ele nominada Casa Maria, tendo posteriormente recebido a autorização de permanência prevista no artigo 4º da Portaria:

Isso, teve uma casa, Casa Maria (*incompreensível*), casa para refugiados lá, dei o protocolo e lá (*incompreensível*). Trabalho, protocolo, tudo. Eu ganhei aqui permanente, de 2 em 2 anos, no ano passado (2020).

Assim, o migrante senegalês não era formal e legalmente um refugiado, nem tampouco havia solicitado o reconhecimento da condição de refugiado quando de seu ingresso no Brasil, em 2014. Ele chegara ao Brasil na condição de estudante, tinha vinte e seis anos, não havia concluído qualquer curso superior ou curso de pós-graduação e tampouco tinha experiência de três anos no exercício de profissão ou qualquer vínculo formal de emprego, atuando como ambulante. Sua proteção jurídica adveio da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 - NLM, que revogou a Lei nº 6.815/80<sup>38</sup> e dispôs “[...] sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante”, regulando “a sua entrada e estada no País”, considerando imigrante a “[...] pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”, e conferindo novos ares para a nova política migratória brasileira, inserindo,

<sup>37</sup> Portaria Interministerial nº 10, de 5 de dezembro de 2019, *op. cit.* Realces acrescidos.

<sup>38</sup> Art. 124, II, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13445&ano=2017&ato=fadMTRU5EeZpWTbd4>. Acesso em: 24 fev. 2022.

dentre seus princípios e diretrizes, a “[...] promoção de entrada regular e de regularização documental” e “acolhida humanitária”<sup>39</sup>, propiciando a esses migrantes novas possibilidades de melhor acolhimento no país de deslocamento (intenção reiterada na Portaria Ministerial nº 10, de 05 de dezembro de 2019).

A tônica dos migrantes senegaleses tinha como fator de migração as dificuldades econômicas vivenciadas no país de origem, em busca de trabalho no Brasil, o que lhes ensejava a negativa da condição de reconhecimento de refugiados, ou o seu reconhecimento, nessa condição, após espera extrema, uma vez que eram considerados como

[...] migrantes econômicos em busca de melhores oportunidades de trabalho e prosperidade profissional. Com isso, o governo se antecipa ao viabilizar meios para a resolução de questões que seriam demandadas ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) - e que não obteriam êxito, já que 99% desses senegaleses não estariam dentro das exigências do refúgio por se enquadrarem na figura do imigrante econômico. [...] Com base nessa previsão legal, a autorização de residência por meio da portaria é uma saída para aqueles que não se enquadram dentro das especificidades do instituto do refúgio - como a perseguição por razões políticas. “A administração se antecipa. Ao invés de demandar gastos, servidores e tempo para entrevistar pessoas e indeferir seus pedidos de refúgio, deixando-as em situação irregular, decidiu-se pela oportunidade de regularizá-las”, conclui Furquim<sup>40</sup>.

Entretanto, o fato de AN ter obtido a autorização de residência temporária não lhe conferiu a necessária tranquilidade de permanência e habitação na cidade onde ele escolhera viver. Ao perguntar-lhe em qual cidade onde ele havia estado desde que chegara ao Brasil - São Paulo,

---

<sup>39</sup> Art. 1º, *caput* e §1º, II; artigo 3º, V e VI, da Lei nº 13.445, de 2017. *Idem*.

<sup>40</sup> Ministérios regularizam senegaleses que vivem no Brasil. Portaria cria via legal específica para concessão de residência. *Ministério da Justiça e Segurança Pública*, publicado em 06/12/2019, atualizado em 21/11/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/ministerios-regularizam-senegaleses-que-vivem-no-brasil>. Acesso em: 10 maio 2023.

Caxias do Sul, Belo Horizonte e Vitória - ele gostara mais e o porquê, e ainda se morava sozinho ou com outras pessoas, AN sem titubear, respondeu:

*BH. BH. Tem gente boa, tem gente boa, mais para conversar. No Sul é muito frio e aqui é melhor para trabalhar. Todos os meus amigos, todos do Senegal, moramos juntos, no apartamento alugado. São todos residentes, mas o visto não renova.*

Ele se referia à Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM -, que é obtida mediante serviço disponibilizado no sítio eletrônico da Polícia Federal aos imigrantes que pretendam trabalhar ou residir e se estabelecer temporária ou definitivamente no Brasil<sup>41</sup>. Ao conhecê-lo, no primeiro dia, ele já relatara as dificuldades que enfrentava para a renovação de sua autorização de residência - temporária e que estava em vias de expirar em 21 de agosto de 2021, num *zigue-zague* entre instituições, cujas atribuições quanto a esse tema se tornaram ainda mais burocráticas no período da pandemia, conforme ressaltou:

*Aí eles falam para mim esperar, por Conare, depois sair uma lista e meu nome vai Quando tem difícil demais, cadastrou no Zanmi e depois sai a lista no Diário Oficial. Polícia Federal diz que não há vagas e fala para ir no Zanmi. Um manda para o outro. No Zanmi tem um advogado lá, eu converso com o advogado. Centro Zanmi fez o pedido de renovação em BH<sup>42</sup>.*

Em todas as vezes que conversamos, ele ressaltara a sua dificuldade para trabalhar, ressaltando o período em que estivera em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, onde, com o apoio de uma instituição local, fora bem atendido pela Polícia Federal e obtivera a primeira regularização para a sua residência temporária quando de seu ingresso no país de deslocamento.

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-autorizacao-de-residencia-e-carteira-de-registro-migratorio>. Acesso em: 18 set. 2021.

<sup>42</sup> A solução para esse problema da renovação da autorização de residência dos imigrantes adveio através da Portaria nº 25/2021, de 17 de agosto de 2021, que dispôs sobre prorrogação de prazo para regularização migratória no âmbito da Polícia Federal, concedido até 15 de março de 2022. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA\\_N%C2%BA\\_25.2021-DIREX-PF\\_DE\\_17\\_DE\\_AGOSTO\\_DE\\_2021.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_25.2021-DIREX-PF_DE_17_DE_AGOSTO_DE_2021.pdf). Acesso em: 25 nov. 2021.

Em Belo Horizonte, cidade que escolheu para viver no Brasil, gosta da atividade que exerce, está satisfeito com o trabalho e ainda complementa: *“Aqui só tem gente boa, clientes muito gente boa”*. Diz que nunca se sentiu desrespeitado na capital mineira ou nas demais cidades onde pode exercer alguma atividade laboral e se sente importante, valorizado ao trabalhar porque gosta das pessoas, fez amizades ao trabalhar no Anel da Serra - a maioria das pessoas ali o cumprimentam - e ainda se ligou a um casal, que sempre corre na pista de *cooper*, a quem ele chama de “pai” e de “mãe”<sup>43</sup>.

Mas insiste em relatar os problemas da fiscalização, porque os guardas municipais apreendem por vezes suas mercadorias e lhe advertem para que encerre suas atividades no local, onde ele, inicialmente, uma pessoa destoante da realidade vivida pelos transeuntes, misturou-se a eles e foi, de fato acolhido. Ele diz que não quer e não pode parar de trabalhar ali e complementa:

Quer abrir uma loja. Nunca recebeu ajuda de ninguém, não atrapalha; só vende as roupas. *Quer voltar ao Senegal, se ganhar dinheiro e investir lá, abrir uma loja ou trabalhar como agricultor*. Gosta mais daqui porque aqui é bom e tem gente muito boa.

Mais uma realidade que atinge milhares de migrantes no tocante à inserção laboral, os motivos de seu deslocamento - aqui sob o enfoque da migração econômica - a necessidade de exercer uma atividade de trabalho, ainda que sem vínculo de emprego - AN se sentiu mais reconhecido e valorizado numa atividade em que não teve carteira de trabalho assinada, o que ocorrera, apenas, em Caxias do Sul - e de prover os familiares que permaneceram no país de origem, que se reforçam na afirmação de que

A busca por emprego e por trabalho é o principal motivador da migração. Pela falta de condições de trabalho e de reprodução social no seu local de origem o trabalhador migra (Abramo, 2010, 2013 e 2015). A Agenda de trabalho decente indica a necessidade de políticas de migração para o trabalho, considerando tanto as condições nos locais de origem do trabalhador quanto o seu destino (Abramo, 2015, p. 163)<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Respostas do entrevistado ao questionário.

<sup>44</sup> ABRAMO, L., *apud* ALMEIDA, G. A. *et al.*, A pobreza numa sociedade polarizada e desigual diante da mobilidade da pandemia. *In*: BAENINGER; VEDOVATO; SHAILEN, *op. cit.*, 2020, p. 580.

Em nosso último encontro, em meados de maio de 2023, ele disse que conseguiu renovar a CRNM e transpareceu a satisfação pelo acolhimento e solidariedade das pessoas por ele adquirida através de seu trabalho, e que pode ser um dos vieses para se efetivar a inserção laboral:

*Eu quero naturalidade do Brasil. Eu quero... Como faz? Eu morar aqui há muito tempo né, quer a naturalidade do Brasil porque já mora aqui há muito tempo. Quer diploma na Universidade para ter a nacionalidade do Brasil. Trabalho é tudo, ajudar, tudo, tudo! Tá bom aqui no Brasil, tudo certo. Só problema fiscal que não deixa trabalha, nosso problema é fiscal, só. Brasil é o melhor lugar do mundo e BH é o melhor lugar do Brasil.*



Figura 1 - O VENDEDOR ANDARILHO DESTOANTE - (AN, senegalês)<sup>45</sup>

## 2.2 A Venezuela inquieta: sabor linguístico e memória gastronômica afetivos

A perda do meu filho, ver o descaso com o ser humano e pessoas passando fome me levaram a sair do país. Se ficasse, eu morreria<sup>46</sup>.

*FOME. Vim por fome por precisar sustentar meus pais.*

As duas frases iniciais da entrevista realizada com a segunda professora do Abraço Cultural, que também foi acompanhada pelo assistente de atendimento, Pedro Ernesto, deram o tom da conversa que se estendeu por intensos 45 minutos e 29 segundos.

<sup>45</sup> Ilustrações por @ecicamesmo. Copyright © 2023 @ecicamesmo.art

<sup>46</sup> Yennifer Rosalin Zarate Castillo, venezuelana, nascida em 17/05/1981. Visto temporário/pedido de permanência. In: CARARO, Aryane, PORTO DE SOUZA, Duda. *Op. cit.*, p. 186.

Venezuelana, de Caracas, 40 anos, nome composto de dois prenomes e dois sobrenomes, que se reduziram a duas letras: *NS*, ou simplesmente *Naza*, cujo apelido, pela força que sua apresentação e o desejo da migrante de ser assim chamada, permito-me a colocação.

Ela tem a pele negra; cabelos negros, trançados, bem rente à cabeça; usava um moletom preto com zíper, e ao começo da entrevista, estava na cozinha de seu apartamento, comendo, diretamente de uma panela. Ao lembrá-la dos termos formais da entrevista, ela se limitou a dizer “Hum-hum”, já comendo, tendo passado da cozinha, onde se iniciara a conversa, para outro cômodo do apartamento, levando consigo o aparelho celular de onde acessava o *link* e, também, a panela, uma caçarola, com os talheres dentro dela. A refeição de *Naza* se deu ao longo de toda a entrevista. Ela compreende e fala muito bem o português, quase sem sotaque, cometendo pouquíssimos erros de concordância verbal e gramatical. Expressa-se em um tom de voz mais alto e de todos os entrevistados da pesquisa, foi a mais enérgica.

Chegara ao Brasil há quatro anos e seis meses, em abril de 2018. Filha caçula, deixara seus pais e seus dois irmãos em Caracas, atravessando a Venezuela de norte a sul:

Eu cheguei ao Brasil pela fronteira norte, por Pacaraima, eu vim atravessando a Venezuela inteira, minha cidade, a capital Caracas, fica bem na ponta do Caribe. Aí eu atravessei a Venezuela inteira, pra chegar no nosso Sul, que é o oceano norte, e aí, eu atravessei a fronteira a pé. Aí, quando eu cheguei, foi a primeira coisa que eu, que é a coisa que todo mundo tinha que fazer, era passar pela *ONU*, pelos “*cascos azuis*”, naquela época era assim. A gente chegava muito desnutrido, desidratado e tal, tínhamos que passar uns três dias ali, nas “*carpas*” deles, nos *acampamentos* deles e depois disso você era recolocado, naquela época era *recolocação*. Ou seja, *se você já conseguia falar português, você poderia ser recolocado aqui em São Paulo* ou em qualquer outra cidade onde você poderia se *levar* bem. Se não, você era recolocado num lugar onde você tivesse mais aceitação de espanhol, preferivelmente no Norte ou Nordeste.

Ela confirmou que os “cascos azuis” seriam do ACNUR, agência da ONU, e indicou também a participação do exército brasileiro no abrigo inicial, quando de seu recebimento e em relação aos dias em que passara no acampamento:

Claro, eles eram quem recebiam o povo nessa época. Claro. [...] O exército brasileiro? Muito amável, muito. Muito amável. Muito agradável. Muito parceiro. Muito. Mesmo que eles não falam espanhol, eles manjam um pouquinho com o espanhol (ela faz um balanço com as mãos indicando um “vai-e-vem”), sempre foi muito confortável muito agradável: “Senta aqui, moça, passa, faz isso, faz aquilo.” Naquela época, eu acho que eu comecei com as primeiras ondas de migração, ou seja, desde 2017 já estavam vindo os venezuelanos, e não era pouca coisa não, estavam vindo bastantes venezuelanos. Só que em 2018 foi mais ou menos que o Brasil se organizou lá em cima, lá no Norte e então eu entrei, já, com um tipo de estrutura, por exemplo, eu não fui morar em Boa Vista, por exemplo, nas praças de Boa Vista que eram onde ficavam o pessoal venezuelano. Aí eu já fui recolocada pelo pessoal da ONU e tava tudo certo, ou seja, o exército brasileiro foi nesse caso maravilhoso. Eles são muito acolhedores, muito, muito, até agora. Eu viajei para a Venezuela recentemente esse ano e até agora eles são bem amáveis, bem, bem acolhedores.” (ela fez uma pequena pausa e retornou à refeição, comendo uma massa, de gravatinha e por vezes, ‘cortava’ algo que aparentava ser carne de frango).

NS fez referência às instituições: os chamados “cascos azuis”: voluntários do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados-ACNUR, em seus uniformes azuis e tendas brancas, com o respectivo logotipo da instituição, que desde 2017, passou a atuar em prol das pessoas venezuelanas que migravam para o estado de Roraima, sendo “a primeira agência das Nações Unidas a abrir um escritório em Boa Vista”<sup>47</sup>, e que, “como complemento das ações, em junho de 2018, [...] abriu outro escritório de campo, em Pacaraima, na fronteira brasileira com a Venezuela.” (I); à Operação Acolhida, quando fez menção à sua recolocação. A Operação Acolhida foi criada em março de

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/historico/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

2018, pelo governo brasileiro, “para garantir o atendimento humanitário aos refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima, principal porta de entrada da Venezuela no Brasil” em virtude do grande fluxo migratório daquele país, “[...] devido à crise política, econômica e social. É baseada em três pilares: Ordenamento da Fronteira, Abrigamento e Interiorização (II)”<sup>48</sup>.

Desses três pilares, NS valeu-se rapidamente da interiorização promovida pela Operação Acolhida, o que ela chamara de recolocação, sendo já deslocada para o município de São Paulo, em uma de suas modalidades, chamada “reunião social”, que “consiste no deslocamento de beneficiários para unir-se a indivíduos com quem possuam vínculo de amizade ou afetividade, ou a familiares cujo vínculo não possa ser comprovado por meio de documentação”<sup>49</sup>:

Eu fui recolocada em São Paulo. Saí de Pacaraima e ... *(nesse momento, a entrevista travou e ela mudou de ambiente, saindo da cozinha e indo para outro cômodo da casa, carregando o celular e a panela consigo)*. [...] Sim, sim, num voo. Aqueles voos humanitários que eles colocavam, eu ia. São Paulo, capital. [...] NS: Eu tinha já amizades aqui, porque eu trabalhava no Consulado geral do Brasil em Caracas, então *eu já sabia falar português*, já tinha vindo, já tinha ganhado algumas viagens, algumas coisas então eu já sabia falar português. Aí eu vim e fiz algumas amizades, desde 2012 que eu estava trabalhando lá. Fiz algumas amizades, algumas coisas e teve graças a Deus *um casal de amigos que me ajudaram aqui*, porque depois de 5 meses que eu arranjei emprego.

NS, então, esclareceu que, além de trabalhar no Consulado brasileiro em Caracas, era professora universitária e pesquisadora cultural e que, apesar de ser licenciada em artes, contar com especializações em metodologia da pesquisa e educação, voltada para a faculdade - em seus termos - e ainda ter Mestrado em gestão e políticas culturais, não conseguia sobreviver, na esteira dos outros 5 funcionários diplomáticos estrangeiros ou 288 professores com registros de ingresso no Brasil em 2018<sup>50</sup>:

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>. Acesso em: 16 fev. 2023.

<sup>49</sup> Disponível em: Interiorização - Casa Civil ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 16 fev. 2023.

<sup>50</sup> SISMIGRA; OBMigra; NEPO/UNICAMP, 2022, *op. cit. Variáveis*: Estado Roraima, Município Pacaraima, País de nascimento Venezuela, Ano 2018.

Lá não dava, não tinha salário. Hum-hum. Mas na época era um “troco”, como uns quarenta reais (*ela continua comendo enquanto responde às perguntas*). [...] Hum-hum. Como uns quarenta reais por cada quinze dias, porque na Venezuela a gente recebe de quinze em quinze dias. Não chegava a cem reais, por mês. Então não dava para eu comprar os medicamentos dos meus pais, fazer mercado para eles, sustentar, gasolina do carro, tudo aquilo. Aí eu já estava passando bastante necessidade pras coisas que eu conseguia comprar, eu dava pra eles pelo menos as proteínas, essas coisas eu dava pra eles, aí eu só comia é colher de açúcar, coisas assim, que eu não conseguia; ou às vezes, eu saía com alguém para que convidasse para alguma coisa. Era uma situação bem extrema, bem difícil.

*Naza* foi mais uma das migrantes econômicas que vieram para o Brasil em busca de refúgio, valendo-se da autorização de permanência para residir no país de acolhimento, retornando ao seu país de origem apenas duas vezes desde que aqui chegara. Ela enfatizou a ação do governo brasileiro, hábil no seu processo de integração e não refutou em apontar os problemas havidos na Venezuela, reforçando sua intenção de não mais migrar para lugar nenhum até que tenha condições de retornar a sua cidade natal, necessitando, para isso, regularizar sua documentação, explicitando os requisitos do processo previsto na Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 19 de 23 março de 2021:

[...] Hum-hum. Retornei duas vezes para a Venezuela. Duas. Férias, em dezembro, desse ano que passou, 2021 e agora foi para arrumar documentos legais, agora, esse ano. Desde março, desde abril, até julho, que eu voltei. Documentos de lá. De lá, do Brasil, não, de lá. Passaporte, certidão de nascimento, essas coisas, porque eu vim com tudo. Só que cada renovação de procedimento migratório (*ela fez o símbolo de repetição*), você tem de levar documentos atualizados. [...] Não, no Brasil eu nunca tive problema. Meu problema é o meu país. Mas no Brasil eu nunca tive problema, nenhum. [...] Não, eu não vou migrar mais. Eu já migrei para o Brasil. Toda vez que eu renovo o documento aqui no Brasil, eu preciso

do documento atualizado do meu país. Na hora que permita renovar de novo, o que vai ser daqui a sete anos, eu preciso do documento mais atualizado. Então o processo migratório de renovação precisa de documentos mais atualizados. E esse agora que eu tenho é por nove. Daqui a sete anos, eu tenho que renovar de novo, mas já estou ganhando carteira de identidade de nacionalidade. Então o processo migratório de nacionalidade precisa documentos um pouco mais atualizados. Precisa passaporte vigente. [...] E desde que eu entrei, faz tempo, tenho a minha carteira de identidade (CRNM).

O histórico de atividades laborais de *Naza* em São Paulo foi bem mais satisfatório, em condições ascendentes que, cada vez mais, puderam lhe proporcionar sua integração na cidade onde escolhera viver, e, também permanecer por mais 10 ou 15 anos - assim ela pretende. Ela, sempre intensa, e sem interromper sua refeição, fez um extenso relato de suas novas ocupações:

A primeira experiência de trabalho foi num *escritório de advocacia*. Nesse escritório eu era *receptionista*, foi por *um mês só*, tava fazendo as férias da moça que era *receptionista* fixa, e foi em julho. Eu entrei em abril, e desde abril eu comecei a fazer todos os meus documentos e já pra última semana de abril, primeira de maio, eu já tinha a RNM, ou seja, a carteira de identidade nossa. Aí eu já comecei a procurar emprego, comecei, comecei, comecei a procurar emprego, só que assim, eu não sabia qual era o mercado de trabalho para mim. Então eu estava procurando trabalho de secretária, assistente administrativo, porque dentre outras coisas, também, eu fazia isso lá, ou eu fiz em algum momento. Então eu tava procurando assim, até que um grupo de *whatsapp* em julho, por certo, quando eu tava trabalhando lá, chegou uma proposta, chegou uma vaga para mim falando: “preciso de *tradutores espanhol nativos*”. Aí eu já me apontei porque eu já sabia negócio de tradução porque eu já trabalhava no consulado e justamente era isso o que eu fazia. Aí eu já mandei o currículo, eu já mandei as coisas; eu

não sabia para quem eu estava mandando, mas para mim qualquer coisa ia dar certo, mas mandei para a *Microsoft*. Mandei para a *Microsoft*, eu não sabia e eu fiquei selecionada lá na *Microsoft* e trabalhei com eles uns 9 anos, 9 não, *11 meses* trabalhei com o pessoal da *Microsoft*. Estive aí, trabalhando na *Operação Latinoamerica*, depois o cargo desapareceu e eles também começaram a demitir pessoas e daí então eu já procurei outro serviço que foi na *Companhia de Som e Charutos* que, ela é uma empresa de edição de vídeos, filmes e séries da *Netflix*. Aí estive *seis meses* na Companhia trabalhando, fica bem perto do ABRAÇO e depois disso não tenho mais trabalho formal. [...] Veio a pandemia e surgiu uma oportunidade de eu ser *telemarketing*. Na minha vida, eu nunca tinha sido telemarketing. Só que era pandemia, eu precisava garantir o ingresso, tava recebendo auxílio, falei, “vou entrar”. Aí eu entrei na ATENTO<sup>51</sup> para trabalhar, eu trabalhei na ATENTO, 1 ano e 5. Foi uma grande escola, mas agradeço, espero nunca mais voltar para a área do telemarketing. Mas assim, tá tudo certo. E aí, depois da Atento, eu continuo só dando aulas de espanhol (*ela voltou a comer*).

À narrativa da migrante venezuelana acerca das condições de seu trabalho, foram acrescidos benefícios, presentes, cuidados, todos a demonstrar que ela, além do acolhimento e sua recolocação promovidas pelo governo brasileiro, alcançara também as três dimensões da integração defendida por Crisp, quais sejam: *integração legal* (obtenção de emprego formal e realização de atividades outras geradoras de renda, que permitiram à NS “ajeitar sua vida”); *integração local* (obtenção de meios de subsistência sustentáveis, tanto assim o é que conseguira se manter em São Paulo, enviando, ainda dinheiro para seus familiares todos os meses); e *integração social* (viver conjuntamente com a população de acolhimento, sem quaisquer tipos de discriminação, intimidação ou exploração, uma vez

---

<sup>51</sup> “A ATENTO é uma empresa multinacional de contact center pertencente ao fundo de capital de risco *Bain Capital*, constituída no dia 7 de dezembro de 1999 e presente nos seguintes países: Espanha (*a matriz*), Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Marrocos, Brasil, México, Peru, Porto Rico e Venezuela”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Atento>. Acesso em: 06 jul. 2023. Realce do autor.

NS se mostrou inteiramente satisfeita com seus trabalhos, seus parceiros de escola e sua nova vida)<sup>52</sup>, não se furtando em destacar que:

*[No dia do Professor, qual benefício você ganhou? - perguntei]. Ah, não! Sempre ganhei do ABRAÇO, Das Americanas, eles dão vale de R\$150,00, de R\$200,00 pra gente comprar coisas, coisas que ajudam bastante. Sempre ganhamos coisas. Sempre. Senão, é em dinheiro (ela fez o símbolo com os dedos com indicativo de dinheiro). Dinheiro vivo. [...] Prefiro trabalhar dando aulas. Porque de carteira assinada são muitas horas, às vezes não compensa, às vezes não compensa, e eu consigo manipular melhor o tempo. Consigo manipular melhor o tempo. Aqui, de todos os meus serviços agora, ou seja, de todas as turmas que eu tenho agora, nas três escolas de idioma onde eu trabalho, minhas, meu, o que eu considero o meu serviço (ela acenou com a mão direita, pôs a mão no peito e voltou a acenar) formal, fixo, sei lá, é o ABRAÇO CULTURAL. Eu posso sair de qualquer um, menos do ABRAÇO CULTURAL (e retornou à sua caçarola de comida).*

Ao contrário do senso comum de que os imigrantes representam uma ameaça para a comunidade local, ou mesmo que irão ocupar seus postos de trabalho, já insuficientes para aquela comunidade, Di Cesare pontua que

*[...] o migrante que chega não reivindica um lugar ao sol, pede apenas um lugar. A diferença é decisiva. [...] Conquistar um “lugar ao sol” quer dizer vencer na vida, ter sucesso no trabalho, alcançar uma posição de prestígio, principalmente ocupar um espaço de terra que permita o bem-estar tranquilo. Não é por acaso que desde Pascal, tenham sido os filósofos a denunciar os efeitos nefastos do “lugar ao sol”, interpretando-o como o princípio de apropriação daquilo que deveria permanecer comum, princípio a partir do qual se desencadeiam todos os conflitos. [...] Bem diferente é o simples pedido de um lugar, ou melhor, de um*

---

<sup>52</sup> CRISP, *op. cit.*, 2004, p. 1.

*lugar onde se possa existir na comunidade, aquela comunidade dentro da qual há um vazio - por mais que se tente removê-lo - em que, apesar disso não é possível deixar um espaço para outros. Basta apenas descentrar-se um pouco, parar ao menos por um instante de dar a prioridade ao próprio ego. O acolhimento é mais que isso. É para que lhe seja dado concedido um lugar para existir que quem chega pode em seguida participar da vida comum, compartilhar seus direitos e deveres*<sup>53</sup>.

Foi notória a conquista de *seu lugar* pela professora venezuelana, especialmente na instituição que lhe acolheu, abraçou-a e permitiu-lhe estender sua cultura em outros estabelecimentos e também, na própria escola, participando de experiências gastronômicas com a apresentação da *arepa*, prato típico da gastronomia da Venezuela e, também, da Colômbia, elaborado com farinha de milho, considerado uma expressão nacional venezuelana, cujas origens remetem aos costumes indígenas<sup>54</sup>.

A estabilidade alcançada por *Naza* atestou a sua coabitação em São Paulo (única cidade visitada, além de Pacaraima) a ponto de não querer mais migrar para lugar nenhum, e, assim, ali permanecer em São Paulo, por ela considerado o lugar onde está a “[...] vida econômica do Brasil”. O apontamento de Di Cesare, no sentido de que “dar lugar ao outro significa então abrir a todo momento espaços comuns; [...]”<sup>55</sup> em relação ao lugar de permanência ganhou voz na fala da migrante venezuelana, quando afirmou, categoricamente:

*Finalmente todos nós refugiados, o que queremos é dinheiro para ajudar nossas famílias e pra gente ter uma qualidade de vida. No Abraço, eles me deram uma oportunidade esse ano super valiosa de trabalhar presencial.*

<sup>53</sup> DI CESARE, *op. cit.*, 2020, p. 339-340. Realces acrescidos.

<sup>54</sup> “A história da *arepa* começa antes da chegada dos colonizadores espanhóis, quando os índios da Colômbia e da Venezuela moíam o milho branco até formar massas redondas e as assavam em pratos de barro. Hoje, as *arepas* colombianas são relativamente largas e planas, enquanto que as venezuelanas são menores, mais grossas e recheadas de forma semelhante ao pão pita. Nos dois países, eles são uma peça fundamental da dieta”. EC - Estadão Conteúdo, postado em 16/07/2019 18:08, Seção Internacional, Estado de Minas. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/07/16/interna\\_internacional,1070123/](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/07/16/interna_internacional,1070123/). Acesso em: 22 out. 2022.

<sup>55</sup> DI CESARE, *op. cit.*, 2020, p. 343.

Integração por meio de trabalhos reinventados, trouxeram à tona os novos conceitos de hospitalidade e cidadania que abrem passagem além dos confins nacionais, assinala Di Cesare<sup>56</sup>.

A entrevista se encerrou com a descrição plena de quem seria essa professora venezuelana, uma mulher forte, exigente, e que fora abraçada pela escola onde, de fato, alcançou sua inserção laboral, e também pelos alunos, em um relato emocionante em que *Naza*, pela primeira vez, no decorrer de toda a conversa, expressou-se serenamente:

*O TRABALHO É PAZ! O trabalho é paz (ela balançou a cabeça, positivamente). Simples... paz. [...] Eu saber que eu consigo pagar minhas contas, é paz; eu saber que eu sou um adulto responsável e que eu consigo ficar na minha, é paz. Eu consigo ser independente, manipular meu tempo, meu dinheiro, tudo é paz, ou seja, o trabalho para mim é paz e muita felicidade.*



Figura 2 - A VENEZUELA INQUIETA: SABER LINGUÍSTICO E MEMÓRIA GASTRONÔMICA AFETIVOS (NS - *Naza*, venezuelana)

Rara. Este é seu último sobrenome e que resume o relato de *NS*: mulher inquieta, negra, intensa, alegre, batalhadora, de sorriso largo, uma gargalhada ímpar e extrema sabedoria. Sua última frase arrematou e confirmou o quão ímpar seria a entrevista dantes anunciada, que, acrescida à dor contida em sua primeira afirmação - ambas em destaque - e que permanecerem em minha mente por tempos a fio, fizeram da ambiguidade de seus conteúdos uma completa definição das perdas e ganhos de pessoas em situação de refúgio, quando ela disse, ao finalizar: “*Pra mim, trabalho é gratidão, felicidade e muita paz*”.

<sup>56</sup> DI CESARE, *Ibidem*, p. 325.

## 2.3 O coronel afegão: o poder de um uniforme e a perda de uma identidade

UMA VIDA INTEIRA PODE MUDAR completamente numa única tarde. O resto do mundo segue em frente, sem ter consciência de que um cataclismo silencioso, solitário, ocorreu a alguns metros de distância. [...] Para um afegão, é mais difícil engolir o orgulho do que um saco de parafusos. [...] Mesmo com documentos, somos um alvo, assim como os cães de rua<sup>57</sup>.

Um homem alto, de 1,89m de altura, óculos de grau em armação preta, cabelos negros e alguns poucos fios grisalhos, barba cuidadosamente aparada, blazer xadrez azul marinho emoldurado por um lenço de seda estampado em azul claro, camisa social branca. O doutorando, que participava da “Mesa 6: Refúgio em Estudos Acadêmicos”, realizada no dia 11 de novembro de 2022, numa manhã de sexta-feira, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, e que integrava a programação do I Seminário Internacional Refúgio Acadêmico<sup>58</sup>, destoava das demais mestrandas e doutorandas que compunham a Mesa.

Além de ser o único homem que apresentaria parte de seu trabalho em doutoramento, o título do trabalho da apresentação que fecharia a Mesa - “*The collapse of Afghanistan: the day I burned my uniform*”<sup>59</sup>, já anunciava o quão rica seria a sua narrativa, após a explanação das outras pesquisadoras que lhe antecederam e, também, de sua orientadora, que dele fizera uma breve apresentação.

Ele cumprimentou a todos, apresentou-se, dizendo seu nome e nacionalidade - NK, afegão -, em um português sofrível, desculpando-se por isso e passou ao relato de sua pesquisa na língua inglesa, contando os partícipes do Seminário com tradução simultânea. Ao fundo da mesa, os slides acompanhavam-lhe sua explanação, apresentada em ordem cronológica:

---

<sup>57</sup> HASHIMI, Nadia. *Lua no céu* de Cabul. Tradução Livia de Almeida. 1ª ed. São Paulo: Arqueiro, 2021, p. 205, 110 e 183.

<sup>58</sup> Terceiro e último dia do seminário, 11 de novembro de 2022, 10h10/10h22 - SD e NK (IFCH/UNICAMP). Disponível em: <https://www.cocen.unicamp.br/site/refugioacademico/programacao>. Acesso em: 10 out. 2022.

<sup>59</sup> “O colapso do Afeganistão: o dia em que eu queimei meu uniforme”. Tradução livre. Caderno de campo.

*August 7, 2021. Trip to the frontlines to assess the readlines of the forces; Investigation into embezzlement and corruption in the veterans' benefits fund.*

*August 12, 2021. Return to Kabul; 14 provinces had fallen to the Taliban; High level government officials on the run*<sup>60</sup>.

Os textos dos slides foram substituídos por duas fotos, onde quatro militares posavam em frente a um avião cargueiro e, depois, em seu interior. O palestrante apareceu, pela primeira vez, vestido em seu uniforme camuflado. Novas descrições traçaram a sua trajetória: *“August 13/14, 2021. Damage control and counter narratives. 18 provinces falling to Taliban. Report submitted and ignored by the President’s Office/ONSC”*<sup>61 62</sup>.

Uma série de quatro fotos retrataram novamente o militar: em duas delas, sentado à mesa de reuniões, na companhia de outros militares, alguns civis de ternos, e três mulheres com lenços à cabeça, vendo-se ao fundo, a bandeira do Afeganistão. Nas outras duas, ele, identificado como *“Police Support Director at Interior Ministry of Afghanistan”*<sup>63</sup> era o entrevistado pela TRTWORLD, diretamente de Cabul, capital do Afeganistão, ao vivo, com a manchete da notícia: *“Afghanistan’s Future: Army urges civilians to evacuate besieged Lashkar Gah city”*<sup>64</sup>.

<sup>60</sup> “7 de agosto de 2021. Viagem às linhas de frente para avaliar as linhas de leitura das forças; Investigação de peculato e corrupção no fundo de benefícios dos veteranos. 12 de agosto de 2021. Retorno a Cabul; 14 províncias caíram nas mãos do Talibã; Funcionários de alto escalão do governo em fuga”. Tradução livre. Caderno de campo.

<sup>61</sup> “13/14 de agosto de 2021. Controle de danos e contranarrativas. 18 províncias caem para o Talibã. Relatório enviado e ignorado pelo Presidente do Gabinete/ONSC”. Tradução livre. Caderno de campo.

<sup>62</sup> ONSC - *Ontario Superior Court of Justice*, Tribunal Superior de Justiça em Ontário, Canadá. “O Tribunal Superior de Justiça em Ontário, tem jurisdição inerente sobre casos criminais, [...] decorrentes das tradições de direito consuetudinário de Ontário. A jurisdição inerente do Tribunal lhe dá autoridade para ouvir qualquer assunto que não seja especificamente atribuído a outro nível de tribunal. [...] O Tribunal tem o poder de julgar qualquer ofensa passível de condenação de acordo com o *Código Penal* do Canadá. No entanto, o Tribunal Superior geralmente julga apenas os crimes mais graves. Isso inclui assassinato, homicídio culposo, tráfico de drogas e outros crimes contra a segurança do estado, ou uma tentativa ou conspiração para cometer um desses crimes”. Disponível em: [https://www.ontariocourts.ca/scj/about/jurisdiction/#Criminal\\_Jurisdiction](https://www.ontariocourts.ca/scj/about/jurisdiction/#Criminal_Jurisdiction). Acesso em: 12 dez. 2022.

<sup>63</sup> “Diretor de Apoio Policial no Ministério do Interior do Afeganistão”. Tradução livre. Caderno de campo.

<sup>64</sup> “Futuro do Afeganistão: Exército pede que civis evacuem a cidade sitiada de Lashkar Gah”. Tradução livre. Caderno de campo.

O texto em seguida denunciava a tomada do Afeganistão pelo Talibã<sup>65</sup>, ilustrado por uma foto onde uma multidão, formada por membros do grupo fundamentalista talibã, amontava-se, todos eles fortemente armados dentre carros e ruas de Cabul: *“August 15, 2021. Taliban entered the city from the south and the east. President’s palace overtaken in matter of hours. President and entourage taken off in two Chinooks to Uzbekistan”*<sup>66</sup>.

NK descreveu, então, as causas do colapso de seu país: *“Why the colapse? What happened after? Socio-cultural disparity of the urban and rural population. US/NATO<sup>67</sup> intervention. Corruption. Religious inclination of the rural population. Colonized mindset and mentality”*<sup>68</sup>.

E, deixando transparecer em seu semblante uma busca por remissão, ele passou a falar de si mesmo, remetendo-se ao título de sua apresentação, ao dia em que ele queimara seu uniforme:

*Why did I burn it? I burned it because I didn’t see myself worthy or that uniform anymore. Because I failed my nation, my flag and my people. I burned it because I belong to a country and people that would rather be enslaved for hundred of years and proudly call their home the graveyard of empires when they are the ones buried in it. I burned it because I had nothing else left to fight for. We were betrayed, sold out and left to rot. By each other and by ourselves. Disillusionment<sup>69</sup>.*

---

<sup>65</sup> “Em 17 de agosto de 2021, após duas décadas afastado do poder, o Talibã retomou o controle do Afeganistão ao conquistar Cabul e derrubar o governo central afegão. Em seguida um novo Emirado Islâmico foi proclamado”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Talib%C3%A3>. Acesso em: 12 dez. 2022.

<sup>66</sup> “15 de agosto de 2021. O Talibã invadiu a cidade pelo sul e pelo leste. Palácio do presidente tomado em questão de horas. Presidente e comitiva decolaram em dois Chinooks para o Uzbequistão”. Tradução livre. Caderno de campo.

<sup>67</sup> NATO - North Atlantic Treaty Organization. OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte.

<sup>68</sup> “Por que o colapso? O que aconteceu depois? Disparidade sociocultural da população urbana e rural. Intervenção dos EUA/NATO. Corrupção. Inclinação religiosa da população rural. Mentalidade colonizada e modo de pensar”. Tradução livre. Caderno de campo.

<sup>69</sup> “Por que eu o queimei? Eu o queimei porque não me via mais digno daquele uniforme. Porque falhei com minha nação, minha bandeira e meu povo. Eu o queimei porque pertenco a um país e um povo que preferiria ser escravizado por centenas de anos e orgulhosamente chama seu lar de cemitério de impérios quando são eles que estão enterrados nele. Eu o queimei porque não tinha mais nada pelo que lutar. Fomos traídos, vendidos e deixados para apodrecer. Um pelo outro e por nós mesmos. Desilusão”. Tradução livre. Caderno de campo.

O final da apresentação contém o que há por vir na vida de um migrante afegão, ex-coronel, doutorando, que tem de reaprender a viver em um novo país do qual praticamente não fala a sua língua: *“And now? Migration and adapting to life in Brazil. PhD in UNICAMP. Learning life outside the military (Again). Learning the language”*<sup>70 71</sup>.

Um silêncio invadiu o auditório do prédio da Escola de Educação Corporativa da UNICAMP - EDUCORP, local onde estava sendo realizado o Seminário desde quarta-feira, dia 9 de novembro de 2022, e a despeito de tantos relatos anteriores de migrantes e refugiados, aquele, com certeza, estava entre os mais impactantes deles.

No caso específico dos afegãos - realidade vivenciada pelo coronel NK -, respostas imediatas se tornaram a ordem do dia na comunidade internacional, demandando dos países e também de organizações internacionais seu pronto acolhimento.

Na esteira da recomendação do ACNUR, o Brasil, por intermédio do Itamaraty e do Ministério da Justiça e Segurança Pública promoveu a facilitação da entrada dos afegãos em solo brasileiro através do visto humanitário, já concedido nas situações das diásporas sírias e haitiana, demandando ao país, por conseguinte,

[...] estruturar seus consulados nos países vizinhos ao Afeganistão para processar os pedidos. O principal ponto de acesso é a embaixada do Brasil em Islamabad, capital do Paquistão. [...] Diferentemente do visto de refúgio, que deve solicitado pelo estrangeiro quando ele já está em território brasileiro, o pedido de visto humanitário pode ser feito em consulados brasileiros

<sup>70</sup> “E agora? Migração e adaptação à vida no Brasil. Doutorado na UNICAMP. Aprendendo a vida fora das forças armadas (de novo). Aprendendo o idioma”. Caderno de campo. Tradução livre.

<sup>71</sup> Título da pesquisa. *A look at the Socio-Cultural Impediments for Law Enforcement and Policing in Afghanistan*; Início: 2022; Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; (Orientador). Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/529917/susana-soares-branco-durao>. Em 22 de julho de 2022, foi designada por ato do Reitor da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, por meio da Portaria GR - 67/2022, de 19/07/2022, Comissão de Avaliação da solicitação de Cidadão Refugiado em prol de ANM. Disponível em: Poder Executivo - Imprensa Oficial <http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/pdf>. Ambos os acessos em: 12 dez. 2022.

no exterior, antes do embarque, e costuma ter tramitação rápida<sup>72</sup>.

A resposta brasileira consolidou-se através da Portaria Interministerial nº 24, de 3 de setembro de 2021, em seu artigo 1º, *caput*, mediante a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão<sup>73</sup>, além da possibilidade de requerimento de autorização de residência temporária de dois anos, mediante requerimento na “Polícia Federal em até noventa dias após seu ingresso em território nacional” e apresentação de documentos, para fins de processamento da emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM, com a consequente “desistência de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado” e garantia do “livre exercício de atividade laboral no Brasil”<sup>74</sup>.

A realidade etnografada do migrante afegão aflorou em entrevista em inglês - ele mal compreendia as perguntas feitas na língua portuguesa e com típico sotaque mineiro apesar de já estar no Brasil há pouco mais de um ano. Ele se apresentou, declinou sua idade, cidade de nascimento, data de ingresso no país e cidades para as quais se deslocou:

Meu nome é NK. Eu sou do Afeganistão, eu nasci no Afeganistão, em uma cidade chamada Cabul. Eu tenho 37 anos de idade. Estou no Brasil há quase... um ano e três dias, agora. Eu vim em 26 de novembro de 2021. Eu fui primeiro para Cascavel, no Paraná e fiquei lá por três meses; eu fui para lá por causa de alguns amigos que eu conhecia lá e eles me sugeriram para que eu fosse para Cascavel, então eu fui primeiro para lá e fiquei lá durante 3 meses, e depois disso eu me mudei para Jundiá. [...] Eu estava no Paquistão,

<sup>72</sup> Brasil avalia receber afegãos em programa de visto rápido a refugiados. *BBC News Brasil*, Londres, 19 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58267914>. Acesso em: 01 set. 2021.

<sup>73</sup> Publicada no *Diário Oficial da União* - DOU, em 08/09/2021, Seção 1, p. 146. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA\\_INTERMINISTERIAL\\_MJSP.MRE\\_N%C2%BA\\_24\\_DE\\_3\\_DE\\_SETEMBRO\\_DE\\_2021.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP.MRE_N%C2%BA_24_DE_3_DE_SETEMBRO_DE_2021.pdf). Acesso: 12 dez. 2021.

<sup>74</sup> Artigo 4º, *caput*, e parágrafo único; art. 5º, *caput* e §1º; art. 6º, *caput*; art. 7º, *caput*; art. 9º e art. 10. *Idem*.

procurando por opções de imigração *após a caída do meu Governo*, e eu estava olhando opções para onde eu poderia ir e eu encontrei alguém chamado Sandro, um escocês/brasileiro, de Curitiba e ele me apresentou para alguns “amigos” brasileiros aqui, que me ajudaram a conseguir o *visto humanitário* e por isso eu acabei vindo para cá.

Ao indagar-lhe o motivo pelo qual deixara o Afeganistão, seu semblante se tornou mais estático, ele se demorou um pouco, proferiu algumas palavras inicialmente incompreensíveis e, então, dissecou os precedentes de sua saída:

*(incompreensível)* [...] devem ter visto no noticiário, um ano antes, o Governo da República Islâmica do Afeganistão foi derrubada pelo *Talibã, um grupo religioso extremista*. Quando o Governo caiu, o Talibã assumiu e eles começaram a caçar (procurar), matar, deter e torturar todas as pessoas do governo precedente. E eu trabalhava para a Polícia nacional do Afeganistão - que é similar no Brasil, à Polícia Militar - eu era diretor do departamento de suporte policial, eu era um oficial militar como um coronel e eu era contra o Talibã e contra o Paquistão, que davam suporte ao Talibã, financeiramente e eram seus beneficiários. Então, quando eles tomaram o poder, *eles vieram atrás de mim*. Eles vieram até mim, eles vieram para me deter, para me sequestrar e me levar, provavelmente, para me torturar e então me matar. Então, eu não podia ficar lá. Eu tive que sair. Eu fui para o Paquistão, e do Paquistão, eu acabei aqui. [...] *Eu vim com minha família*. Ah, minha família, meus pais, e é isso. E quando nós estávamos aqui, todo mundo tomou o seu caminho, todo mundo começou a viver a sua própria vida, e agora, algumas pessoas ainda estão aqui, outras foram embora, outras voltaram para Cabul, porque eles não estavam mais na pista (em perigo) e eu ainda estou aqui. Eu tenho meus filhos aqui comigo, os três vivem comigo, eu cuido deles, eu cozinho para eles, eu faço o café da manhã, eu lavo o cabelo deles, eu os escuto reclamando o tempo todo. *Não é fácil*.

Nada diferente da densa realidade retratada de tantos outros afegãos, cujo relatos dos fatos, com teor jornalístico - o primeiro deles complementado pelo próprio entrevistado, NK -, torna-se um “[...] meio para dar a conhecer. Para tirar da invisibilidade”<sup>75</sup>. Para trazer à tona os problemas reais por ele vivenciados e que demandavam da comunidade internacional pronto acolhimento.

Valendo-se do visto humanitário previsto na Portaria Interministerial 24, NK não solicitou o reconhecimento da condição de refugiado ao chegar ao Brasil. Preferiu obter a autorização de residência, já que “[...] *tecnicamente eu não sou um refugiado*” - assim explicou:

Ah, porque os refugiados quando vêm para cá - o que eu ouvi dizer, e eu fico perguntando às pessoas, e eles me falaram que era melhor ter um cartão de residência em vez de um cartão de refugiado, porque ser residente te dá mais liberdade, e mais liberdade para trabalhar, para ter carros, para ter uma casa, ter seus próprios documentos e tudo em seu próprio nome, mas ao mesmo tempo, isso te exclui dos programas de refugiados que podem ser úteis para você... eu pesquisei sobre os programas de refugiados e eu descobri que o Brasil, o governo brasileiro não confere nenhum suporte aos refugiados - um; dois, (*incompreensível*) não são muito fortes e eles não te dão muito suporte para serviços de apoio, como em outros países, por exemplo, no Reino Unido ou no Canadá e nos Estados Unidos: eles te oferecem muitos suportes de imigrantes e os serviços de asilo e refugiados; o Brasil, não. Então, quando eu pensei nisso, eu comparei: isso e aquilo, com as coisas boas e as coisas ruins e eu tive que tomar uma decisão: a decisão foi ir para um cartão de residência, e a parte disso foi que eu seu achasse trabalho em outros países mais pertos, no Mercosul e em outros países, América Central ou Europa, eu poderia ir e me submeter a esses trabalhos. *Se eu fosse um refugiado, eu não poderia ir para lugar nenhum*. Então, o cartão de residente pode fazer mais sentido para mim. *Eu sou um afegão. E nós, não temos muitas boas opções, nós só escolhemos a*

---

<sup>75</sup> LOPES, 2023, p. 355.

*pior ou a opção menos pior.* Eu, como afegão, nós não temos as melhores opções. Nós escolhemos entre a opção ruim e a opção pior.

Quanto a eventuais dificuldades para o preenchimento dos papéis, e dos formulários *online*, ele não apontou nenhuma, ao dizer, enfático:

Normalmente isso é difícil para as pessoas porque é tudo em português, mas eu usava o google tradutor para traduzir tudo para o inglês e aí ficou fácil para mim. Mas uma coisa que eu não faço mais é traduzir páginas do google. Eu sei o que as palavras significam: país, idade etc. Eu sei o que as palavras significam.

Entretanto, ainda que residente temporário no Brasil, os motivos que o levaram a deixar seu país de origem não anulam os pressupostos que lhe caracterizam, de fato, como um refugiado de guerra, ou migrante por motivo de guerra, com todos os malefícios desse deslocamento forçado e seus efeitos econômicos, sociais e psicológicos em face da imposição de uma nova vida. Ao longo da entrevista, por diversos momentos, *NK* deixou transparecer seu sentimento de indignação com o que vivenciara e, ao mesmo tempo, apatia, comodismo e incredulidade em face das novas situações já por ele experimentadas no país de deslocamento, como bem apontou Borges:

Os refugiados, pelo caráter involuntário e repentino de seu deslocamento, transportam consigo muito pouco do que até então caracterizava sua identidade: hábitos, relações, status profissional e social, residência. Essas partidas não-planejadas, e muitas vezes não-desejadas, são frequentemente tomadas por um sofrimento psicológico diretamente ligado ao traumatismo ao qual foram submetidos no período pré-migratório e migratório (violências diversas, tortura, testemunhas e vítimas de massacres, morte de parentes, amigos, (*sic*) etc.)<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> MARTINS-BORGES, Lucienne. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XXI, nº 40, p. 151-162, jan./jun. 2013, p. 152.

E, a despeito de ser a política migratória brasileira regida pelos princípios e diretrizes de “inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas” e “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social”<sup>77</sup>, NK viu-se diante de outra realidade, especialmente nos primeiros meses de sua permanência no Brasil, seja quanto à inserção laboral, seja quanto à qualquer meio que lhe facilitasse o aprendizado da língua:

*Não trabalhei em Cascavel, não fiz nada. E essa foi a razão pela qual eu deixei Cascavel porque eu não conseguir achar nenhum trabalho, não existia mercado de trabalho e as coisas de que eles precisavam eu não tinha; e as coisas que eu sabia ou podia fazer, eles não precisavam na verdade. Cascavel é uma cidade pequena e não tem muitos lugares para não brasileiros imigrantes que não falam português. [...] Eu cheguei a trabalhar com uma organização, como voluntário numa ONG brasileira chamada Panahgah, que significa shelter, safe house - concha, casa segura. É uma palavra em farsi (a língua afegã). E eu vim para cá e eu ajudei na organização do estabelecimento, procurar patrocinadores, ajudar outros refugiados, construir o sistema e tudo o mais e então eu disse que eu precisava de dinheiro, que eu precisava de um trabalho, que eu precisava de um lugar para pagar as minhas contas e cobrir as minhas despesas. E depois disso, eu pedi a eles que me deixassem ir porque eu não poderia mais trabalhar com eles de graça. Eu saí de lá. Dois meses, agora. Setembro. Eu saí em setembro. Eu comecei a trabalhar para eles em novembro de 2021. Na mesma semana que eu cheguei. Eu basicamente os ajudei; eu escolhi o nome; eu fiz a logo; eu basicamente levei para eles todo o financiamento, o dinheiro, os parceiros, as pessoas, e depois houve complicações. E nos últimos dois meses, eu tenho tentado achar um trabalho e tentando fazer “freelancing” e ver onde isso nos leva. Eu ainda não tive nenhum trabalho oficial aqui no Brasil. Eu fiz alguns “freelancing”; eu fiz*

---

<sup>77</sup> Art. 3º, caput, X e XI, da NLM.

alguns *projetos de “freelancing”*, projetos de tradução, projetos de comunicação - coisas que eu sei, e as pessoas me pedem para eu fazer propostas para elas; algumas pessoas me pediram para fazer estratégias de comunicação para elas, eu fiz isso; essas são coisas que eu sei e eu fiz, “*freelances*” basicamente. Isso é o que me permite continuar. [...] Esse trabalho é *online* e nem mesmo é no Brasil, mas sim em outros países.

Os empecilhos de *NK* em nada se diferem de outros enfrentados por migrantes afegãos:

[...] Ao contrário do imigrante, o refugiado não escolhe deixar seu país. É uma pessoa que corre o risco de morrer se não trocar de pátria. Além do Afeganistão, mais de uma dezena de países vive atualmente em situação de grande crise ou conflito, entre eles Ucrânia, Síria, Palestina, Iêmen, Sudão do Sul, Congo, Somália, Burundi, Miramar e Venezuela. As economias desses lugares estão em colapso. As crianças não podem ir à escola, os serviços de saúde praticamente deixaram de existir, os ataques por bombas e armas ocorrer diariamente. A melhor alternativa é fugir<sup>78</sup>.

Muitos deles, sem dinheiro, ao chegarem ao Brasil, permaneceram por vários dias no aeroporto internacional de Guarulhos, em São Paulo, amontando-se com suas famílias em tendas improvisadas entre as cadeiras e corredores do aeroporto, até que fossem encaminhados para centros de acolhimento.

Situações que denunciam o anseio de migrantes, privados de sua nacionalidade, país, relações familiares, ocupações, toda uma vida deixada para trás, às voltas de um renascimento forçado, da reconquista da uma nova identidade, uma nova moradia no lugar no país de deslocamento, e que nem sempre se revelam como o esperado e tampouco se resumem em meros reconhecimentos jurídico-legais no novo país. Ao contrário, trata-se de um processo extremamente árduo cujo deslocamento forçado, salienta Martins-Borges,

---

<sup>78</sup> A GRANDE DIÁSPORA. Afegãos buscam refúgio no Brasil, país que lhes concede o visto humanitário mais amplo do mundo, *Revista Piauí\_196*, 04. jan. 2023, p. 28-35, p. 31. Disponível em: [https://issuu.com/revistapiaui/docs/piaui\\_196\\_inteira](https://issuu.com/revistapiaui/docs/piaui_196_inteira). Acesso em: 05 abr. 2023.

[...] implica em perdas e rupturas que não puderam ser preparadas e elaboradas. O refugiado, ao chegar ao país de acolhimento, carrega consigo um sentimento de fracasso - por ter tido que renunciar a sua continuidade existencial - acompanhado de uma certa nostalgia de um tempo em que ele era “feliz”, em sua terra natal. Ao mesmo tempo, ele não consegue se projetar no país de acolhimento. Esse país, muitas vezes descoberto nos dias que antecedem sua migração, quando informado das possibilidades de refúgio, não pode ser desejado, imaginado; o refugiado não tem a oportunidade de se ver, em um futuro próximo ou distante, nesse novo país<sup>79</sup>.

Somem-se a essas questões das dificuldades para a inserção laboral pelos migrantes, desconhecedores da língua nacional pátria, e que lhes mitigam a possibilidade de obtenção de empregos, similares às ocupações realizadas anteriormente no país de origem. Conforme enfatizou NK, o coronel afegão:

A língua portuguesa é um problema. Eu não falo muito o português. Muitas empresas brasileiras aqui são empresas pequenas, elas não têm muitas demandas internacionais, e elas trabalham na maior parte do tempo no Brasil mesmo e com clientes brasileiros. Então para mim, que não fala a língua portuguesa, é difícil contar a eles o que sei, o que eu posso fazer, o que posso trazer para a mesa. Então é um problema com a língua portuguesa, e eu tenho certeza de que quando eu aprender a língua portuguesa, eu não vou ter qualquer tipo de problema para achar trabalhos, eu tenho experiência e eu sei muitos perfis de coisas aqui que poderão me ajudar a achar bons trabalhos; então, apenas agora, não falar português é um problema. E também os contatos (networks). Eu não tenho muitos contatos aqui. No meu país, eu conhecia todo mundo: os secretários privados, governos, Nações Unidas, AGOs, serviços secretos; e aqui, minha história, estou começando do zero. Então isso vai levar ainda e requer um pouco de tempo. [...] Eu tentei em aplicativos e é assim que eu estou aprendendo. Eu falo, na maioria

---

<sup>79</sup> MARTINS-BORGES, *op. cit.*, 2013, p. 154.

das vezes, eu sei o que as pessoas dizem quando elas falam português agora. Eu consigo me comunicar de modo reduzido quando eu sou colocado numa posição em que as pessoas não falam inglês, mas eu ainda não tomei aulas formais de português porque eu não tive oportunidades para isso: a Universidade não disponibilizou aulas e eu não conheço mais ninguém que pudesse me ensinar gratuitamente ou pudesse me ajudar com a língua portuguesa; teve algumas aulas online em que algumas pessoas foram - não vou dizer que elas não eram qualificadas - eu não tenho nenhuma ideia sobre ensinar alguém que está tentando aprender uma nova língua - , mas eles começaram a me ensinar o básico (A, B, C); eu não quero parecer ingrato, mas na minha idade e onde eu estou, eu não preciso de aprender A, B, C; o que eu preciso aprender é como falar com as pessoas. Fazer perguntas, você entende? Onde é o mercado? Onde é o ônibus? Como eu vou para lá? Qual é o seu nome? Você pode me ajudar? Você pode chamar essa pessoa? Essas são as coisas com que eu deveria começar, mas algumas aulas online que eu achei, eles usualmente eram um... (ele teve dificuldades de se explicar sobre isso), eles não falavam inglês e continuavam a falar português, o que é bom para mim, mas eu não entendia nenhuma palavra, e não fazia nenhum sentido. Então eu ficava apenas sentado lá, sorria e depois eu saí.

A ausência de esclarecimentos acerca da legislação trabalhista vigente no país contribui ainda mais para a mitigação de direitos nessa área, o que os deixa relegados a aceitarem postos de trabalhos inferiores à sua qualificação, com menores salários e maior carga horária de trabalho, ou, ainda, à disponibilização de trabalhos nunca antes por ele realizados, como ressaltam Baeninger e Fernandes:

Os trabalhadores migrantes apresentam índices de informalidade significativamente maiores do que os trabalhadores nacionais, concentrando-se em setores com forte presença de trabalho informal. Ademais, existem casos de migrantes com alta qualificação profissional no seu país de origem, que acabam executando tarefas para as quais estão

sobrequalificados nos países de destino. Em geral, a estimativa de trabalho migrante, documentado ou indocumentado, é complexa devido à falta de dados confiáveis dificultando ainda mais a produção de informações de qualidade que suportem a formulação de políticas para esse grupo de trabalhadores<sup>80</sup>.

Diante de tantas incongruências, inseguranças entre a implementação de políticas migratórias brasileiras tão díspares, as dificuldades de NK saltaram aos olhos:

Eu não sei, honestamente. Eu acho que eu não consigo voltar a trabalhar como policial aqui, porque eu já estou muito velho para isso, considerado o limite de idade. Qualquer outro trabalho, nesse momento, requer que: primeiro, eu fale a língua; segundo: ter pessoas que me conhecem e eles podem falar o que eu posso fazer, o que eu sou capaz de fazer, qual valor eu posso agregar, se eu sou útil, se eu trago algum valor ao trabalho, e, número cinco, se eu achar um meio em que eu possa trabalhar como policial militar e usar minhas habilidades e minha experiência e o que eu sei. *É um pouco diferente porque eu vim de um país em guerra; um país onde guerra, espionagem, terrorismo, guerras próximas, guerrilha, coisas que não acontecem de verdade no Brasil. O pior aqui é o crime organizado, em cidades grandes, roubos, e os negócios de narcotráfico. Esses são os problemas maiores, e tráfico de pessoas. Sim, o crime organizado é a única questão que temos aqui, mas eu costumava fazer piadas de que o crime organizado é como (ele riu), um pedaço de bolo no Afeganistão porque nós lidamos com aquelas outras coisas que não existem aqui. Então, se acontecer, se houver algum outro caminho/modo para eu voltar, eu certamente voltaria. É o que eu amo; você, quando coloca o seu uniforme, você não o tira mais, mesmo que você o tire. O uniforme sempre permanece com você. Mas se isso não é mais possível, eu compreendo totalmente que isso não vai acontecer (Ele mudou um pouco a expressão, meio triste). Eu respondi à sua pergunta?*

---

<sup>80</sup> BAENINGER, Rosana; FERNANDES, Duval, *op. cit.*, 2017, p. 10.

Sobre a importância do trabalho, de suas atividades enquanto militar, coronel, e diretor de apoio policial no Ministério do Interior do Afeganistão, e das ocupações que passou a realizar desde sua vinda ao Brasil, ele também foi enfático:

O que o trabalho significa para mim? Ooohhh, alguma coisa para pagar as contas, cobrir as despesas, me manter ocupado, isso é basicamente a definição de trabalho para mim. A não ser que você esteja procurando - eu acho que eu não entendi a sua pergunta direito... [...] Ahhhhh, aquilo não era um trabalho para mim, eu quero dizer. Para mim, um trabalho é ir para um escritório às 9h da manhã e voltar às 17h da tarde. Isso é trabalho. *O que eu tinha lá era um dever, era uma causa, não era um trabalho.* A quantia de dinheiro que eu recebia era horrível, era nada, mas mesmo assim eu fazia. E mesmo antes de eu voltar a usar o uniforme, eu costumava trabalhar para as Nações Unidas. Eles me pagavam um dinheiro realmente bom e eu praticamente não trabalhava nada, mas eu deixei as NU e voltei para o exército porque *aquilo para mim significava algo, era lutar por algo que era melhor do que eu, era sobre uma causa, era sobre uma coisa que eu não poderia deixar de fazer... então você tinha de fazer.* Mas, depois disso, é difícil de entender e difícil de esperar se você vai ser capaz de fazer a mesma coisa ou outra coisa. *É difícil para alguém que perdeu o seu propósito, aquela causa, de achá-la em outro lugar.* Então, agora, honestamente, eu estou apenas procurando alguma coisa que me mantenha ocupado e que pague as contas *(ele interrompeu a fala com um olhar meio lânguido).*

Seus anseios e a falta de resiliência são os mesmos experimentados por outros tantos afegãos e refugiados de outras nacionalidades, a demandar-lhes não apenas a implementação de provas legais de identificação assim como documentação adequada - mas também, políticas públicas de acolhimento, em especial, na área de trabalho, para uma efetiva inserção laboral e reintegração social, como assinalam Franca, Ramos e Montagner:

O problema global do deslocamento forçado de pessoas começa a atingir o Brasil de forma crescente, e uma pesquisa de revisão documental da legislação correspondente e de literatura acadêmica sobre o tema no Brasil, ainda que com as limitações de quantidade encontrada, pode apontar para aspectos a serem avançados a nível de estudo, ampliando os eixos temáticos e sobretudo discutindo as necessidades de ampliação e criação de políticas públicas urgentes que atendam a agenda social de acolhimento do refugiado e as demandas por fomento e financiamento de ações estratégicas que ainda haverão de ser enfrentadas pelos estados e municípios que estão no fluxo migratório<sup>81</sup>.

Ele diz não pretender retornar ao Afeganistão, ante à perda de sua identidade, de suas origens, daquilo que se tornara seu país de origem, novamente fazendo referência à representatividade e ao poder de seu uniforme, em tom de extrema desilusão:

*Ah, porque o sonho que nós tínhamos, o sonho em que nós acreditávamos, era para nós. Aquilo era para nós. Não era para eles. Um monte de afegãos tem a mesma mentalidade do Talibã... eles acreditam em extremismo, em fanatismo, e eles acreditam que eles estão sempre certos. Eles acreditam que tudo o que eles fazem e dizem está certo. Isso leva a uma mentalidade muito perigosa para conviver. Se alguém não pode aceitar que também tem deficiências, que falha e tem problemas e que às vezes eles estão errados, isso cria problemas. E ou você gosta deles, ou você está morto. E eles não têm respeito por direitos individuais, eles não têm respeito pelas mulheres, não têm respeito pelas crianças. As mulheres, para eles são apenas para respirar e apenas para trabalhar na cozinha, limpar e lavar roupas. É isso. Para eles, homens e mulheres são apenas necessários para*

---

<sup>81</sup> FRANCA, Rômulo Ataides; RAMOS, Wilsa Maria; MONTAGNER, Maria Inez. Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 89-106, p. 101, jan. 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812019000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 17 jul. 2021.

serem controlados em todos os passos de suas vidas e não há liberdade, não há democracia, não há liberdade de escolha ou falar o que você quer. Se você falar alguma coisa de que eles não gostem, eles podem colocá-lo na prisão, eles te torturam. Então, as mesmas mentalidades lá (*incompreensível*). Quando minhas irmãs foram para a escola, na Universidade, eu tinha pessoas na minha família próxima que foram contra elas. Meu pai disse: “eu não me importo com o que você fala, minhas filhas irão para a Universidade”. Então, qual é o ponto? Por que lutar por pessoas que - você sabe - não estarão lá por você, para te dar suporte, e vão te excluir em cinco minutos. Isso foi o que aconteceu. Nós fomos vendidos, liquidados. *Todos de uniforme foram abandonados/vendidos pelos políticos, pelas pessoas que acreditavam na mesma mentalidade horrível do Talibã. Então para mim, basta. Não há mais Afeganistão para mim. Não há mais Afeganistão com aquelas pessoas no meu coração. São os valiosos princípios que eu acreditava.*

Quanto à permanência no Brasil, incerta pelo futuro dos filhos, e também porque, para muitos migrantes, o Brasil nem sempre é tido como o primeiro país de deslocamento, funcionando, por vezes, mais como uma porta de passagem, ou mesmo uma segunda opção<sup>82</sup>, à dificuldade de adaptação somaram-se os entraves à inserção laboral, ante os empecilhos de aprendizado com a língua portuguesa e reais oportunidades de trabalho, questão por ele mais uma vez ressaltada:

Ahhhh, honestamente, para mim, eu gosto do Brasil. Eu gosto porque: eu não gosto do verão, não sou fã do verão, é muito quente, eu gosto do frio, mas é um país bonito, bom; as pessoas são legais, em sua maioria; *o problema é que eu tenho que me estabelecer: encontrar um emprego, fazer amigos, ter um círculo social de pessoas com quem eu possa conversar e ver; ter colegas, ir para a Faculdade, estudar. Você sabe, coisas que as pessoas fazem na sociedade. Isso é uma coisa que eu preciso encontrar e buscar aqui. Se eu*

---

<sup>82</sup> Situação dos afegãos na cidade de São Paulo aqui retratada e também no relato do refugiado cubano.

*não achar essas coisas aqui, para mim, vai ficar difícil de ficar. E isso é algo que eu estou tentando fazer, o plano não é ir embora do Brasil. Muitos afegãos vêm para cá e a primeira coisa que eles fazem é dizer: “nós vamos para os USA”. Ahhhhh, eu não sou um grande fã de ir para lá. Talvez, um dia eu vá quando eu tiver meu jato privado e eu possa ir em um feriado e então voltar, na segunda, para voltar ao trabalho (ele riu logo após a piada).*

Ao término da entrevista, pergunto ao coronel afegão se ele está feliz no Brasil, se está confortável e se sente-se seguro, e se gostaria de acrescentar algo em torno do trabalho e de suas experiências, após aproximadamente um ano de seu deslocamento<sup>83</sup>. Ele riu, antes de me responder, e acrescentou:

*Ah, eu posso não responder isso agora (continuou rindo). Para mim, felicidade é muito cedo para dizer se eu estou feliz ou não. Seguro, sim; confortável, ainda não. Eu não estou mais preocupado em alguém vir me matar mais, então isso é bom. Mas os meus dias são sempre pensar no próximo dia, e então, o próximo dia, o dia seguinte; não está tudo estabelecido ainda. Ah, o Brasil é um país onde você pode ser e ficar feliz, tem muito potencial, eu penso que se alguém trabalhar muito, ele vai ter o que ele quer, e é um país que está me dando coisas boas, está me dando três coisas de que eu gosto, então você sabe, é bom. E eu estou procurando em ter mais 4 ou 5 coisas.*



Figura 3 - O CORONEL AFEGÃO: O PODER DE UM UNIFORME E A PERDA DE UMA IDENTIDADE (NK, afegão)

<sup>83</sup> Ele chegará no Brasil em 26 de novembro de 2021 e a entrevista foi realizada em 29 de novembro de 2022.

Um final de incertezas, descrença, angústias, que se misturaram a anseios e esperanças, que não dependem unicamente das ações do ex-militar - em seu íntimo, sempre um coronel -, mas de uma efetiva implementação de políticas públicas migratórias de inclusão, conferindo-se a esses migrantes a “[...] proteção do Direito. Vinculando-o a uma nova ordem jurídica resgatando sua cidadania perdida. Este é o primeiro passo na recuperação da dignidade humana”<sup>84</sup>, salienta Almeida, na mesma esteira proposta por Martins-Borges:

[...] A partir do momento em que nos dispomos a acolher, a nos tornarmos um país de imigração - como é o caso do Brasil -, precisamos nos apoiar em modelos existentes e pensar como construir um espaço para os refugiados que são acolhidos pelo Estado brasileiro. Esse espaço deve ir além de um espaço de vida e de trabalho<sup>85</sup>.

#### **2.4 Uma família egípcia, seus codinomes abençoados e o papel integrador da religião**

[...] muita gente não entende que refugiados são pessoas comuns. O que os diferencia é o fato de que se viram em meio a um conflito que os forçou a deixar seu lar, as pessoas que amavam e a vida que conheciam. Arriscaram muito no caminho, e por quê? Porque quase sempre é uma questão de vida ou morte. E, como minha família fez dez anos atrás, eles escolheram a vida<sup>86</sup>.

A última entrevista traz o relato de uma migrante, egípcia, de nome *Simone*. Para minha surpresa, o nome indicado na plataforma do *Zoom*, era diverso: *DEG*, que se revelou ser o verdadeiro nome da egípcia, ou simplesmente *DG*. Assim, na condução da etnografia dessa entrevista - nos moldes dos demais entrevistados e na esteira da professora venezuelana (identificada como *NS* ou *Naza*) - serão adotadas as siglas *DG* e preferencialmente, *Simone*, para sua identificação, nome pelo qual ela ficou conhecida em seu país de acolhimento.

<sup>84</sup> ALMEIDA, *op. cit.*, 2000, p. 381.

<sup>85</sup> MARTINS-BORGES, *op. cit.*, 2013, p. 161.

<sup>86</sup> YOUSAFZAI, Malala. *Longe de casa; minha jornada e histórias de refugiadas pelo mundo*. Tradução Lígia Azevedo. 1. ed. São Paulo: Seguinte: 2019, p. 11.

*Simone* tem a pele branca, cabelos curtos bem negros, encaracolados e uma franja; usava um brinco de bolinhas de cor prata e vestia uma blusa de malha preta. Ela é a mais nova de todos os outros migrantes, hoje com 24 anos. Além da idade, chamou-me a atenção o seu nome de identificação na plataforma, já referido, a que ela se adiantou e disse:

Então, na verdade meu nome não é Simone (*ela riu*). *Simone é um nome que eu usei quando eu cheguei, no Brasil, por questão de segurança, mas o meu nome de verdade é D, agora é DEG, porque eu sou casada com um brasileiro e peguei o sobrenome dele e eu sou egípcia.*

Ela e seus familiares - mãe, pai e irmão, quatro anos mais novo que *Simone* - moravam no Cairo, capital do Egito, e estavam no Brasil desde 2012, deixaram o país de origem por “refúgio religioso”. Seus pais eram muçulmanos e haviam se convertido ao cristianismo há mais de vinte e cinco anos, antes da mudança do governo e dos efeitos provocados pela Primavera Árabe<sup>87</sup>, o que piorou a situação de sua família, fazendo com que eles tivessem de deixar o Egito.

As diferenças entre os demais entrevistados e a egípcia não se limitaram apenas em sua tenra idade - *Simone* tinha 13 anos quando migrara para o Brasil - e na adoção de codinomes.

---

<sup>87</sup> “A Primavera Árabe foi uma série de protestos de rua que aconteceram nos países árabes do norte da África e no Oriente Médio, a partir de 2010. O contexto político era caracterizado pela repressão, insatisfação popular, perda de direitos fundamentais, altos níveis de desemprego, corrupção e pobreza. Os protestos começaram na Tunísia, mas logo influenciaram outros países que se opunham às condições impostas por regimes ditatoriais, como Argélia, Líbia, Jordânia, Iêmen, Egito, Síria, Iraque e Bahrein, além de pequenos incidentes na Mauritânia, Omã, Arábia Saudita, Líbano, Sudão e Marrocos. Os movimentos lutaram por justiça, democracia, direitos humanos, dignidade e liberdade dos abusos policiais. [ ] No Egito, especificamente entre 2010 e 2011, jovens egípcios usaram as redes sociais para pedir o fim do regime de Hosni Mubarak, dando início ao evento que viria a mudar a história do país. O cerne das manifestações estava no clamor da população pelo fim da pobreza opressiva, da corrupção, do desemprego, da injustiça, dos abusos policiais que assolavam o país e provenientes do regime autoritário de Mohammed Hosni Mubarak, havia 30 anos no poder. Não havia trabalho. As pessoas trocavam de emprego o tempo todo. Não havia hospitais, nem escolas. Não havia esperança de um futuro melhor para o país. Irritada, a nação perdeu o medo”. DIAS, Alice. *Primavera Árabe*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FFLCG Universidade de São Paulo - FFLCH., editoria 22 maio 2023. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/50927>. Acesso em: 19 jul. 2023.

Todos eles deixaram o Cairo e vieram direto para Belo Horizonte, através da intermediação de um brasileiro, que haviam conhecido no Egito, que, em contato com amigos belorizontinos, ajudaram a família egípcia, acolhendo-os na capital mineira. Seu ingresso no país de acolhimento se deu por meio da concessão de visto de turismo emitido no Quênia, ante a negativa do país de origem em processar tal pedido. Tão logo chegaram ao Brasil, “[...] já começamos o processo de refúgio”, ela informou.

O atendimento foi feito pela Polícia Federal, presencialmente, e, segundo *Simone*,

[...] foi muito difícil [ela riu, novamente] porque foi o primeiro caso deles. Eles não tinham noção assim por causa da questão religiosa. Porque existe refúgio por causa de guerra, fome, essas coisas, mas por perseguição religiosa eles nunca viram. É, então demorou muito pra gente pegar residência, pra gente pegar a cidadania. Mas a nossa advogada, ela estudava muito sobre o nosso caso e chegou até a ensinar várias coisas para eles em relação a refúgio por perseguição religiosa.

A motivação da saída da família egípcia e ingresso no Brasil, em 2012 - perseguição por motivos religiosos -, contara com a regulamentação do Estatuto dos Refugiados - Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, com destaque para o seu artigo 1º, *caput* e inciso I, que previa o reconhecimento da condição de refugiado naquelas condições.

À solicitação do processo de refúgio em sede de grupo familiar<sup>88</sup>, feita com a intermediação da advogada da família e alcançada em “tempo recorde”, ressaltou *Simone*, que no ano de 2012 atingira um total de 200 registros de imigrantes egípcios (RNM)<sup>89</sup>, seguiu-se o reconhecimento da residência permanente após três anos<sup>90</sup> e a cidadania, após 7 anos.

<sup>88</sup> Art. 21, *caput*, da Lei nº 9.474/1997: “Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo”.

<sup>89</sup> SISMIGRA; OBMigra; NEPO/UNICAMP, *ibidem*. Utilizadas as variáveis: Estado: Todos, Município: Todos, País de Nascimento: Egito, Anos 2012.

<sup>90</sup> Art. 18, *caput*, 18 A e §1º, I e II, da Lei nº 6.815/1980, alterada pela Lei nº 13.344, de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm). Acesso em: 10 set. 2021.

Indagada se eles haviam obtido a cidadania - naturalização ordinária - em face de seu casamento com um brasileiro<sup>91</sup>, ou se haviam preenchido os demais requisitos legais para tanto, especialmente o exame de proficiência linguística<sup>92</sup>, ela, sem titubear, me respondeu:

*É, a cidadania, na verdade, não foi por causa da prova (ela riu mais uma vez). Foi por causa da nossa história mesmo. Nós fizemos a Celpe-Brás<sup>93</sup>. Mas, eu fui a única que passou. Então, não foi por causa disso que a gente conseguiu a cidadania. Foi realmente por causa da história mesmo. [...] Então, por fim, na verdade, era questão de PERIGO [ela ressaltou ao se expressar]. Se, por exemplo, a gente voltar de novo para o país, a gente volta como cidadãos brasileiros, então, a gente tem toda a proteção do Brasil, que caso acontecesse alguma coisa lá, o Brasil que é responsável por isso, e também a questão de eles tratarem a gente lá, né, muito diferente. Então era assim mais questão de segurança, por isso que eles deram a cidadania para a gente. Mas mesmo assim demorou muito. Sete anos foi muito tempo. No nosso caso, né. E eu entrei na escola aqui, isso aqui ajudou muito; eu e meu irmão, então foram essas coisas que fizeram eles darem a cidadania. A questão, principalmente de segurança, porque eles sabiam que tinham pessoas atrás da gente, procurando a gente. Depois que a gente saiu, o Governo mudou, então o país está mais tranquilo; o problema agora é, são os familiares, que não aceitam de jeito nenhum, já tem muitos anos, mas por voltarmos como cidadãos brasileiros, fica tudo mais tranquilo.*

A obtenção da cidadania na Polícia Federal transcorreu de forma descomplicada. Tudo foi resolvido de forma *online*, mediante acesso ao

---

<sup>91</sup> Art. 65, *caput* e incisos e art. 66, III, da NLM.

<sup>92</sup> Para os procedimentos de naturalização ordinária, é necessário que o requerente tenha indicativo da capacidade de comunicar em língua portuguesa, podendo se submeter a exame pelo Celpe-Bras, Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA\\_N%C2%BA\\_623\\_DE\\_13\\_DE\\_NOVEMBRO\\_DE\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_623_DE_13_DE_NOVEMBRO_DE_2020.pdf). Acesso em: 25 nov. 2022.

<sup>93</sup> O exame da Celpe-Bras será abordado no subcapítulo 4.3 da pesquisa.

sítio eletrônico da Instituição<sup>94</sup>, através do acesso ao sistema *Naturalizar-se*<sup>95</sup>, no qual, de forma interativa, cria-se o pedido de naturalização com a inserção dos documentos necessários<sup>96</sup> e se acompanha tal pedido que é, posteriormente, analisado pela Polícia Federal e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A refugiada *Simone* ressaltou, apenas, a dificuldade no atendimento presencial realizado por essa instituição, que não contava com funcionários que falassem inglês e, assim, pudessem dar atendimento adequado aos migrantes de várias nacionalidades e etnias que ali compareciam, o que lhes demandava um auxílio mútuo entre eles, ou mesmo de terceiros, para lhes facilitar a compreensão dos serviços prestados:

[...] foi super tranquilo. A gente achou que a gente ia chegar num lugar, responder umas perguntas, mas não foi nada, foi de repente: a gente entrava pelo *celular* e aparecia lá: “*está em análise*”. Ai depois de um tempo apareceu que, “*pronto*”, a gente já tem a cidadania. Não foi nada assim. *Tudo foi resolvido online*. Na Polícia Federal; a gente já foi muitas vezes, já mandamos muitas coisas para Brasília, muitos documentos. Então, no início, assim, era tudo presencial. Só a resposta que geralmente era *online*. Apenas quanto aos documentos foi um pouco complicado. Então, na verdade isso é uma coisa que eu sinto falta, quando a gente vai para Polícia Federal, porque *quem trabalha na Polícia Federal não fala nem inglês (ela riu, com certo ar de zombaria)*. Então, a gente teve que *ajudar muitas pessoas* até né, muitos refugiados. Na verdade, não era eu não (*riu, de novo*), era meu marido, porque ele é professor de inglês. Então, a gente ia lá pra fazer alguma coisa, aí a gente percebia que *tinha pessoas que precisam de*

---

<sup>94</sup> Para o processo de solicitação de naturalização brasileira, acesse: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-naturalizacao>.

<sup>95</sup> *Idem*: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/naturalizacao/naturalizar-se>.

<sup>96</sup> Para a naturalização ordinária: comprovação de capacidade civil, residência por prazo indeterminado, comunicação em português e ausência de condenação penal. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/naturalizacao/o-que-e-naturalizacao/naturalizacao-ordinaria>.

*ajuda para preencher e aí ele ajudava na tradução, né. Mas isso é uma coisa que faz muita falta, muita falta, a questão de alguém pelo menos saber inglês. Isso é uma coisa de que eu sinto falta na Polícia Federal, a questão de falar, pelo menos mais uma língua, porque muita gente fica perdido. Mas no nosso caso não foi, porque nós tivemos a ajuda também de um árabe, um libanês; já tinha muitos anos que ele morava aqui, então quando a gente precisava, ele ajudava; e a advogada fazia tudo. Ela também é da mesma igreja e ela também já fazia tudo, ela sabia que ela responsável por tudo.*

A facilidade para o reconhecimento da condição de refugiados, a que se seguiu o reconhecimento da cidadania para a família egípcia, foi um pouco desvanecida pela intolerância religiosa, vivenciada no Cairo e em certa parte, transferida para o país de acolhimento.

O pai de *Simone*, pastor desde 2004, ao chegar ao Brasil, em seus dizeres, “[...] não podia abrir um lugar, uma igreja, por ser um muçulmano convertido ao cristianismo. Então, as igrejas eram feitas nas casas, e é o que ele continua fazendo até hoje”. No país de origem, a religião professada pela família egípcia motivara a segregação na vida escolar de *Simone*, que

*[...] estudava numa escola cristã, que sabia da nossa história e eu estudava com nome fictício. Então, eu não era registrada no Ministério da Educação, até acabar o Ensino fundamental 2 [sendo que, depois, iria] ficar em casa, porque aquela escola ia só até o Ensino fundamental 2. Aconteceu que a gente veio antes de eu acabar, então, consegui continuar, continuei o estudo.*

No Brasil, ela conseguiu concluir seus estudos, sem receber qualquer tipo de auxílio do país de acolhimento, papel ocupado pela Igreja, ainda que com certas restrições, uma vez que, tanto ela quanto seus pais e irmãos, continuaram a usar, por certo tempo seus codinomes, dando lugar aos nomes verdadeiros apenas quando obtiveram a cidadania:

*[...] A igreja ajuda, a Igreja que a gente congrega. É uma das coisas que fizeram a gente usar os nomes que não são os verdadeiros é que a gente sempre foi*

*em muitas igrejas pelo Brasil para contar a história. Então, é desse jeito que a gente vive. Os meus pais vão para as igrejas, eles pregam, eles contam a história, e meu pai, agora, ele está sempre voltando para a África para a questão de Evangelismo e voltando para cá, então ele está sempre fazendo essas viagens assim. (Os codinomes continuaram a ser usados, perguntei?) Assim, muito pouco. É, porque, só quem me conheceu como Simone que continua usando isso. Mas depois que a gente pegou a cidadania, ficou mais tranquilo.*

Nos dizeres de Montero, a família egípcia passou a “fazer religião em público” no Brasil, propagando a religião que professavam em novas arenas, onde não se viam mais tolhidos pelos temores e pela efetiva perseguição sofridos no país de origem, numa verdadeira *mise-en-scène*<sup>97</sup>, fazendo das casas dos praticantes e das igrejas que passaram a frequentar, ainda sob o véu de seus codinomes, um novo templo de orações, em um verdadeiro ato de abandono às mesquitas<sup>98</sup>, ante a hegemonia do islamismo, religião do Estado egípcio, nos termos de sua Constituição e a despeito do país ser descrito como “o berço das religiões e o estandarte da glória das religiões reveladas”<sup>99</sup>.

Aos poucos, a via do dissenso entre o islamismo e o catolicismo<sup>100</sup> foi se dissipando na vida da família egípcia, através de uma nova arena que se abriu para eles através do trabalho, conjugando religião e missão, acolhimento e pregação, integração e empecilhos, inserção laboral e adaptações. A dificuldade com a língua portuguesa e a falta

<sup>97</sup> Encenação, posicionamento em uma cena, apresentação. Tradução livre.

<sup>98</sup> MONTERO, Paula; SILVA, Aramis Luís; SALES, Lílian. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. In: *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 24, n. 52, p. 131-164, set./dez. 2018, p. 132, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832018000300006>. Acesso em: 11 abr. 2023.

<sup>99</sup> Preâmbulo da Constituição egípcia, aprovada no referendo realizado em janeiro de 2014 e revisado em 2019. Art. 2º da Constituição: “O Islã é a religião do Estado e o árabe é a sua língua oficial. Os princípios da sharia islâmica são a principal fonte de legislação”. Disponível em: <https://www.acn.org.br/egito/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

<sup>100</sup> No Relatório de Liberdade Religiosa no Mundo, realizado pela *Aid to the Church in Need* - ACN, em 2023, tendo como análise o Egito, de sua população de 102.941.484 milhões de habitantes, 9,2% são cristãos, 90,2% muçulmanos e 0,6% professam as demais religiões. Disponível em: <https://www.acn.org.br/principais-conclusoes-do-relatorio-de-liberdade-religiosa-no-mundo-ed-2023/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

de implementação de políticas migratórias, que deveriam nortear a integração local dessas pessoas no país de acolhimento<sup>101</sup>, foram, aos poucos, sendo superados por *DG*<sup>102</sup> em seu processo de inserção social no Brasil, contribuindo, também, para a integração de seus familiares:

*Então, na verdade, era muito difícil meu pai continuar trabalhando com carros, né?! Por causa da língua, porque assim que a gente chegou a gente não falava nada de português. Meu pai demorou muito mais para aprender também porque ele chegou bem mais velho, tinha mais de quarenta anos. E também, ele não conhecia como que era um trabalho aqui, ele não tinha ideia. Lá ele já conhecia as pessoas que ele comprava, que ele vendia para elas, então era muito difícil ele trabalhar com isso. Minha mãe, quando a gente chegou aqui, ela começou a fazer comida árabe, em casa mesmo e a gente vendia na igreja; agora quem faz isso é o meu irmão. Então isso ajudava muito no sustento, porque a igreja não sustenta cem por cento. E a questão do meu pai, ser reconhecido como pastor, missionário, só foi pela igreja, porque a igreja que a gente (sic) congrega, eles reconhecem doze famílias como missionárias, pessoas que vão para outros lugares para falar do Evangelho. E meus pais, eles fazem parte, sem receber nenhuma remuneração. Então, do governo e tudo o mais, nunca foi reconhecido pelo governo; só a questão de Igreja mesmo, sabe.*

*DG* também recebeu auxílio de uma professora, Yara Miranda. Doutora pela UFMG, ela lecionava português para estrangeiros e passou a frequentar a casa da família egípcia, ministrando-lhes seus conhecimentos linguísticos, auxiliando *DG* e seu irmão menor, à época, em fase de conclusão dos ensinos médio e fundamental, em um ato de efetivas contribuição e integração para os egípcios, quando *DG* demonstrou uma maior habilidade de aprendizado do que seu irmão:

---

<sup>101</sup> Artigos 3º, IV e 4º, VI, da NLM.

<sup>102</sup> O uso das iniciais *DG* alusivas ao nome da refugiada egípcia no texto - até então identificada por *Simone* - coincide com a aquisição de sua cidadania brasileira.

Assim que a gente chegou, *chegou uma professora que dá aula de português para estrangeiros*. E hoje ela é Doutora na UFMG, ela chama Yara Miranda. *E foi ela que ajudou a gente*. Assim que a gente chegou, *ela dava aulas para a gente em casa*, e assim que eu e meu irmão entramos na escola, *também ela ia lá em casa para ajudar a gente nos deveres, nas atividades e tudo o mais*. Então a gente teve essa ajuda por mais ou menos dois anos assim. No primeiro ano foi mais constante e depois foi assim, às vezes, quando a gente precisa de uma ajuda na escola mesmo. *Ela não cobrava*. [...] Quando a gente chegou eu fui a primeira a aprender. Todo mundo achou que seria meu irmão, por ser mais novo. Porém eu sempre tive essa paixão por línguas. Então para mim foi muito rápido e eu estudava muito sozinha, continuo estudando, porque isso faz parte da minha faculdade. Agora meus pais, meu irmão, é a vida mesmo, vai levando.

A iniciativa da professora pode ser entendida como uma medida de assentamento local, que, para Crisp, não se confunde com a integração local, a qual

[...] pode ser considerada como um processo que leva a uma solução duradoura para os refugiados, [enquanto] a noção de ‘assentamento local’ é mais bem definida como uma estratégia para lidar com movimentos de refugiados em massa<sup>103</sup>.

Ainda que no caso da comunidade egípcia, o seu deslocamento para o Brasil não tenha sido tão expressivo quanto a migração síria ou venezuelana, era necessário que àquela família, a qual se reconhecera a condição de refugiados, fossem propiciados pelo Estado brasileiro meios de integração, ainda que temporários, ou seja, meios necessários à sua adaptação local e que, por certo, perpassam pelo aprendizado do português, inclusive quando esse se traduz em uma das exigências para a obtenção da cidadania em sede de naturalização ordinária.

A ação, contudo, veio a ser implementada no âmbito privado, traduzindo-se em meios provisórios ou temporários de adaptação à cultura

<sup>103</sup> CRISP, *op. cit.*, 2004, p. 2. Tradução livre; trecho e destaque no original.

local do país de origem - aqui sob o enfoque do auxílio voluntário de uma professora para o ensino da língua portuguesa, em uma típica conduta de

[...] assentamento local, [que] no entanto, não pressupõe que os refugiados encontrem uma solução no seu país de asilo. Em alguns casos, refugiados estabelecidos localmente podem de fato, permanecem no exílio, *integrando-se aí progressivamente na vida jurídica, econômica e termos sociais*. Mas em outros casos, o assentamento local pode ser uma *fase temporária, permitir que os refugiados vivam com um certo grau de dignidade, segurança e prosperidade*, enquanto se aguarda o momento em que possam beneficiar da solução de repatriamento voluntário.

Dessa forma, até que a solução *duradoura* da cidadania alcançasse a família de *DG*, eles se valeram de auxílios de terceiros, para que, aos poucos, fossem adquirindo meios próprios de inserção social, laboral e que, reforce-se, não se traduzem na mera concessão de documentos: carteira de trabalho, solicitação de condição de refúgio, reconhecimento de refugiado, concessão de cidadania.

Acolhidos pela Igreja, e superados os problemas iniciais de assentamento, com o aprendizado com a língua pátria, *DG*, à época, ainda *Simone*, teve de lidar com as diferenças culturais entre o país de origem e o país de acolhimento, que afloraram em sua escola, especialmente porque tiveram de manter resguardada em segredo a sua anterior condição de muçulmanos e a conversão para o cristianismo, experimentando situações de discriminação que, segundo ela, não importaram atos de xenofobia, mas questões afetas a gênero, e relações entre pessoas do mesmo sexo, não nominadas como *bullying*<sup>104</sup> que a conduziram, naquele momento, em mais um distanciamento social:

Assim, não era bullying, bullying. É porque eu cheguei adolescente, né. Então eu já entrei naquela parte mais difícil da escola. E era mais assim, eu acho que era assim: não era por causa da nacionalidade, nem

---

<sup>104</sup>Intimidação sistemática, consistente em ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, nos termos da Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13185.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13185.htm).

por causa da religião. Ninguém sabia na verdade que meus pais eram muçulmanos e se converteram, ninguém sabia. Só sabiam que éramos cristãos. *Mas porque eu tinha princípios diferentes. Então as pessoas me achavam meio radical, que muita coisa eu não aceitava.* É, tem muita coisa que me chocou: por exemplo, um relacionamento entre menino e menina, a questão do “ficar”, tipo assim, umas coisas muito chocantes para a gente. *Culturais, que são diferentes no meu país. [...] Então, assim, isso é uma coisa que até depois que eu quase virei brasileira, né, porque eu depois de muitos anos na escola e tudo, isso continuou pela questão de - (ela pausou a fala e titubeou) - como é que fala? É, de princípios, princípios mesmo diferentes. Então eles me achavam meio radical nessa questão assim. Então foi por isso que eu praticamente não tinha amigos na escola. Mas para o meu irmão foi muito mais tranquilo porque ele entrou criança, né. E, para menino, também, é muito mais fácil.*

O aprendizado de *DG* tornou-se ímpar de tal forma que ela apenas aprendeu a falar muito bem o português. De todos os entrevistados, sua dicção foi a mais perfeita, sem erros de concordância ou qualquer outra dificuldade para se expressar. Concluiu, ainda, seus estudos na escola e atualmente frequenta um curso *online* de tradução e interpretação na Faculdade UNINOVE, de São Paulo, porque ela “*ama*” o português e quer se dedicar a trabalhar nessa área, demonstrando a intenção de retribuir os frutos que vem colhendo no país de acolhimento, numa rede de apoio que envolve migrantes de diversas nacionalidades, especialmente sírias e afegãs:

Sim, na verdade eu já pratico isso há muitos anos, obrigada, por causa dos meus pais. Igual eu te falei, a questão de falar nas igrejas, eu sempre ia com eles e interpretava para eles. *Então eu descobri que eu amo interpretar.* Foi assim que eu descobri. E aí foi uma prática de uns cinco anos e *eu decidi fazer a faculdade. Então realmente é o que estou muito querendo fazer. É um trabalho que é difícil achar, achar emprego para isso, mas é o que eu estou gostando de fazer.* [...] Já tem três anos [*que ela está na faculdade*]. Eu vou formar agora já, agora no meio do ano. [...] [O

*contato*] na verdade, foi assim: conhecendo um, aí vai levando para o outro, e muitos são das igrejas, porque são muitas igrejas que acolheram refugiados. Então nós conhecemos umas famílias sírias, porque foram acolhidas por algumas igrejas, e a nossa igreja agora, também acolheu duas famílias afegãs; os afegãos eles estão sempre em contato com outras famílias. Então assim, é tudo assim: conhecendo um que vai conhecendo outro.

Outra particularidade identificada na família egípcia foi o retorno ao país de origem. Todos eles, após sua saída, em 2012, já estiveram algumas outras vezes no Cairo - a última delas, em 2021, quando ficaram no país por 4 meses -, especialmente o pai de Simone, que lá retorna e permanecer por cerca de três meses, ou em viagens mais curtas, sempre em missões, sem qualquer tipo de problema na saída e retorno ao Brasil ou ingresso no Egito, “exatamente por sermos cidadãos brasileiros” - ela disse, com orgulho nos olhos.

Nos minutos finais da entrevista, *DG* fez questão de ressaltar a ausência de quaisquer situações de xenofobia, discriminação, seja em face de sua nacionalidade ou de sua religião, relevando o papel do Brasil no acolhimento de migrantes, a despeito das dificuldades iniciais relatadas quando de seu ingresso no país:

*O Brasil, para mim, assim, é o melhor lugar para estrangeiros. É, eu não sei se o Brasil todo, mas para a gente, a gente sempre foi muito bem tratado; a gente foi para o Norte, Nordeste, Sul, já passou muito por muitos Estados, e a questão de saberem as pessoas que somos egípcios, as pessoas ficam encantadas. Não sei o porquê. Mas acho que é pelas histórias bíblicas (ela sorriu largamente). [...] Muito, muito mesmo (ela deu um riso solto). Porque aquele amigo nosso que conhecemos no Egito, ele entrou em contato com pessoas e as pessoas assim organizaram tudo, organizaram apartamento para a gente, receberam a gente no aeroporto, cuidaram da gente por muito tempo, até gente saber a língua, né; e pessoas que caminham com a gente até hoje. Então, assim, o Brasil para mim é o melhor lugar para refugiados, porque é uma cultura quente, então acolhe muito bem essa*

*questão de ser uma cultura muito familiar, e tudo o mais e a gente se sentiu muito bem amados aqui. E aprendemos a amar também (continuou sorrindo). E a gente vê também o jeito que os outros refugiados são tratados. Conhecemos muitos refugiados: afegãos, que estão chegando agora; sírios, assim, eles são muito mais acolhidos do que no próprio país. Então, certeza: o Brasil, para mim, é o país que mais tem essa questão de acolhimento, sabe: a gente não se sentiu estrangeiro, de verdade.*

Sua fala demonstra que, além do assentamento local, ela e seus familiares obtiveram não apenas a integração local, por meio da formalização do processo de obtenção da cidadania brasileira, mas também, pela inserção social de todos eles, pelo acolhimento obtido através de uma rede solidária de pessoas - a par das instituições públicas - e que, por isso, conduzem a egípcia a retribuir todas aquelas iniciativas, agora, através de sua própria inserção laboral.

DG pretende formar-se em tradução e interpretação e trabalhar nessa área, já estando à frente de intermediações entre a Câmara árabe-brasileira relativas a negócios na área de importação e exportação, além de questões culturais. Sua formação vai lhe ajudar

*[...] muito mais para evoluir na língua, tanto no árabe quanto no português [...] e na relação [que] está crescendo muito entre os países árabes e o Brasil, [...] que agora que estão realmente abrindo as portas para ter esse contato e sempre precisam de tradutores. Porque o mais difícil de achar é tradutor que fale uma língua exótica, porque o árabe é uma das línguas exóticas, e que fala o português. Então assim, eu sinto nisso uma responsabilidade muito grande e eu amo saber que eu vou poder ajudar em relação a isso, porque isso vai fazer a economia do Brasil crescer muito.*

Sua satisfação ao final aflorou intensamente: ela está feliz no Brasil, em paz com seus pais e irmão, e agora, com sua nova família, marido e um filho que está por nascer - ela contava com aproximadamente 17 semanas de gestação e não mais necessitava de se cobrir com seu codinome *Simone*, quando declarou:

*[...] Nós nos sentimos muito amados pelo povo brasileiro, muito acolhidos. É, e essa terra só nos deu coisas, de verdade. E a gente espera muito poder fazer algo pelo país, ajudar de alguma forma com o nosso trabalho, o nosso futuro, porque nós somos muito, muito gratos por tudo o que o Brasil já fez por nós, de verdade. É verdade. E agora está chegando um bebê brasileiro (ela riu muito). É um menino. Vai chamar Yohan (nome bonito, frisei).*

Yohan<sup>105</sup>, nome cuja etimologia representa da melhor forma a trajetória de DG e sua família, com a bênção de um final feliz em Belo Horizonte. Afetos a Deus - ainda que deslocados forçosamente de seu país de origem, em decorrência de perseguições por motivos religiosos - eles conseguiram superar todas as dificuldades e os percursos iniciais de adaptação, passando a professar sua religião de livre escolha, sendo assim abençoados e agraciados no novo país de acolhimento, pela rede de apoio de pessoas que lhes permitiram sua plena integração local.



FIG. 8 - Uma família egípcia, seus codinomes e o papel integrador da religião (DG, Simone, egípcia)

---

<sup>105</sup>Yohan, o nome masculino escolhido por DG, “[...] é um nome masculino com três possibilidades de origem. [...] Iohanan ou Yohanan (origem dos nomes João em português e John em inglês; Iohanané (junção dos elementos Yah - ‘Javé, Jeová, Deus’ e hannah - ‘graça’. [...] Yohan ganha os significados de ‘Deus é cheio de graça’, ‘presente’ e ‘Deus é misericórdia’.” Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/yohan/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

### 3 CONCLUSÃO

O presente artigo traz a narrativa de quatro migrantes, decorrentes da etnografia de entrevistas, pesquisa de campo, questionários, análise de normas legais, mídias e posicionamentos doutrinários, sobre o tema da inserção laboral e pessoas em situação de refúgio, tendo como marco normativo a Lei nº 13.445/17 conhecida como a Nova Lei de Migração - NLM.

Um apanhado de sentimentos, dificuldades, anseios e realização desse grupo de pessoas, que compreende os refugiados, solicitantes de refúgio, residentes temporários e permanentes e cidadãos brasileiros naturalizados.

À busca de acolhimento para o alcance do cuidado, que perpassa também pelo entrave inicial com a dificuldade de compreensão da língua portuguesa, migrantes de diversas nacionalidades, deixam transparecer em seus relatos a vivência nesse longo caminho de integração, imantado por gargalos e muros invisíveis ao exercício de sua dignidade, a despeito da legislação incidente à temática do refúgio.

Desde a saída de seu país de origem, provocada por motivos de diversidade religiosa, perseguição política, crises econômicas, fome, todos eles se desdobram na busca por melhores alternativas de vida no país de acolhimento, e nas cidades onde escolheram, ou foram destinados a habitar, e que se traduzem em experiências atreladas ao trabalho, que os permitem, por vezes, ingressar de modo permanente no mercado formal de trabalho ou os levam ao trânsito da informalidade.

Os tempos de acolhimento são diversos e revelam nuances particulares a cada um desses migrantes, trazendo, à tona, outras invisibilidades ou preterimentos, que decorrem - não apenas de suas nacionalidades -, mas também de questões de gênero, etarismo, raça, dando azo às dificuldades que enfrentam diante do trabalho e das conquistas diante das situações de real acolhimento e inserção pelo trabalho.

Alguns desses muros do refúgio, por vezes invisíveis, são transpostos e afloram nas vozes dos oito migrantes, de realidades tão díspares, mas com elementos comuns em sua busca de paz, trabalho, acolhimento e acasos felizes.

### REFERÊNCIAS

ABRAÇO CULTURAL - AC. Disponível em: <https://www.abracocultural.com.br/blog/>.

ACNUR. *ACNUR no Brasil*. Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/06/UrbanRefugeeMap\\_SJMR\\_19062020\\_baixa.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/06/UrbanRefugeeMap_SJMR_19062020_baixa.pdf).

ALMEIDA, Guilherme Assis de. A lei nº 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações. *Revista USP*, São Paulo, 2000.

BAENINGER, Rosana; DUVAL, Fernandes. *Inserção laboral de migrantes internacionais: transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, 2017.

BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; SHAILEN, Nandy (coord.) *et al. Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo/Unicamp, 2020. Parte III, p. 312-313.

BBC NEWS BRASIL. *Brasil avalia receber afegãos em programa de visto rápido a refugiados*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58267914>.

BRASIL. *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

BRASIL. *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração (Nova Lei de Migração - NLM).

BRASIL. *Portaria Interministerial nº 10, de 5 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência aos nacionais da República do Senegal, que tenham processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil.

BRASIL. *Portaria nº 24, de 03 de setembro de 2021*. Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.

BRASIL. *Portaria nº 25/2021-DIREX/PF, de 17 de agosto de 2021*. Dispõe sobre prorrogação de prazo para regularização migratória no âmbito da Polícia Federal.

BRASIL. *Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020*. Dispõe sobre os procedimentos de naturalização, de igualdade de direitos, de perda da nacionalidade, de reaquisição da nacionalidade e de revogação da decisão de perda da nacionalidade brasileira.

CARARO, Aryane; PORTO DE SOUZA, Duda. *Valentes: histórias de pessoas refugiadas no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Seguinte, 2020.

CRISP, Jeff. *The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis*. Genebra: UNCHR, 2004, p. 1. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/local-integration-and-local-settlement-refugees-conceptual-and-historical-analysis-jeff-crisp>.

DI CESARE, Donatella. *Estranhos residentes: uma filosofia da migração*. 2020, Belo Horizonte, Veneza: Âyiné, tradução César Tridapalli.

ECO, Umberto. *Migração e intolerância*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020, Cap. 3, p. 46-47.

GEERTEZ, Clifford. O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, Capítulo 8, p. 249-356.

GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, nº 10, maio 1999, p. 18.

GOV.BR. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-autorizacao-de-residencia-e-carteira-de-registro-migratorio>.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Teresa Fonseca; NICÁCIO, Camila Silva. *(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. 5.ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.

HASHIMI, Nadia. *Lua no céu de Cabul*. Tradução Livia de Almeida. 1. ed. São Paulo: Arqueiro, 2021, p. 205, 110 e 183.

KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. Tradução Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LOPES, Mônica Sette. *Direito e comunicação: uma perspectiva caleidoscópica*. São Paulo: Editora Dialética, 2023, p. 17.

LOPES, Mônica Sette. Os rios. Uma base para a apresentação. *Os juízes no processo: os fluxos, os cursos e os percursos*. Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Outubro, 2020.

MARTINS-BORGES, Lucienne. Migração Involuntária como fator de risco à saúde mental. *Revista Interdisciplinar da mobilidade humana*, Brasília, Ano XXI, nº 40, p. 151-162, jan./jun. 2013, p. 152.

MONTERO, Paula; SILVA, Aramis Luís; SALES, Lílian. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. *In: Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 24, n. 52, p. 131-164, set./dez. 2018.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. Banco Interativo - Números da imigração internacional para o Brasil, 2020-2022 (jan-abr.) Campinas - São Paulo: Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP. Data do download: 20 de abril de 2019, com atualização em 06 de maio de 2022. Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça de Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulação Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP, 2022.

PEIRANO, Mariza G. S. Artimanhas do acaso. *Anuário antropológico/89*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992, p. 9-21.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes antropológicos*, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.

SENGHOR, Léopold Sedar. *O totem*. Tradução: Gastão Gomes. Disponível em: <https://kukalesa.wordpress.com/2014/08/24/conhecendo-melhor-a-ngritude-de-leopold-senghor/>.

YOUSAFZAI, Malala. *Longe de casa - minha jornada e histórias de refugiadas pelo mundo*. Tradução: Lígia Azevedo, 1. ed. São Paulo: Seguinte: 2019, p. 11.